

1 AGO. 1975

A DIRECÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO PORTO EXIGE APLICAÇÃO DE LEIS REVOLUCIONÁRIAS

PORTO — Tomando posição acerca da decisão judicial que decidiu a libertação de alguns membros da família Espírito Santo, a direcção do Sindicato dos Bancários do Porto, dirigiu ao presidente da República, Primeiro-Ministro, Conselho Superior da Revolução e ao Ministério da Justiça um telegrama de protesto, do seguinte teor:

«Repudiamos vivamente leis burguesas aplicadas ainda tribunais portugueses com repercussões na libertação de fascistas e sabotadores económicos nomeadamente implicados processos BESCL (Stop).

Exigimos aplicação imediata de leis revolucionárias de excepção para tais casos.

2 AGO. 1975

Bancários de Torres Vedras exigem melhores condições de segurança

Os funcionários bancários de Torres Vedras, reunidos em plenário para apreciarem os incidentes que se registaram naquela vila na noite do pasado dia 28, deliberaram exigir imediata detenção, seguida de inquérito, dos responsáveis por aqueles incidentes, «por se reconhecerem as suas origens e a relação com a escalada reaccionária a que neste momento se assiste».

Aqueles trabalhadores afirmam, ainda, estarem na disposição de encerrarem os estabelecimentos bancários, caso se registem factos idênticos contra camaradas seus, só reatando o seu normal funcionamento quando lhes forem garantidas condições de segurança.

6 APO 1975

LISTA B DE BANCÁRIOS DE LISBOA PROPÕE UNIDADE DA CLASSE

SOB a designação de «Lista de unidade da classe» apresentar-se-á às eleições no Sindicato dos Bancários de Lisboa, no próximo dia 30, uma equipa cuja constituição terá sido elaborada não na base de uma aferição partidária ou política, mas com fundamento na militância sindical dos candidatos. Tal foi hoje revelado numa conferência de Imprensa na sede do respectivo sindicato e promovida pelos componentes da lista B, estando presentes na mesa Joaquim Marques, Beatriz Ramos, Ulisses Garrido e Daniel Cabrita.

Historiando o processo de constituição da lista, Beatriz Ramos e Daniel Cabrita esclareceram que, embora estatutariamente seja conferido à direcção cessante o direito de apresentar uma candidatura autónoma, consideravam os

presentes corpos directivos que essa norma só deverá ser aplicável numa situação de completa desmobilização da classe e com a finalidade de não deixar morrer a estrutura sindical. Todavia, na actual conjuntura política e sindical — e dada a importância estrutural que terá, para a vida do País, a coesão e o integral funcionamento do sector bancário, a colocar sob a égide dos interesses populares — deliberou a direcção ouvir a estrutura de delegados sindicais, a fim de poder constituir um elenco candidato que correspondesse à máxima representatividade possível, por um lado, e a uma efectiva militância sindical, por outro.

Este processo — discutido e votado pelo plenário da estrutura de delegados, muito embora posteriormente não tenha sido cumprido na sua totalidade — incluía

a aprovação de nomes de eventuais representantes em todas as estruturas bancárias, em número de cinco ou dois consoante o banco tivesse mais ou menos de 750 empregados. Nas diversas fases de apuramento dos candidatos seria possível incluir novos nomes, tendo, numa reunião final de cerca de 200 delegados sido escolhidos os 24 concorrentes à direcção e os 11 elementos que, estatutariamente, qualquer lista deverá apresentar à Comissão de Representação de Tendências. Deste modo, e segundo informação de Daniel Cabrita, embora a lista tenha o aval da direcção, não poderá afirmar-se «que, na sua totalidade, ela esteja identificada com a actual direcção», sendo certo que abrange representantes que cobrirão uma área correspondente a 80 por cento do sector bancário.

No caderno programático da lista B constam, como princípios fundamentais, a unidade, independência, democraticidade, a participação na organização popular de massas e a solidariedade dos trabalhadores bancários com os restantes sectores do mundo do trabalho.

No capítulo da contratação colectiva, perspectivado em termos verticais, a lista B rege-se-á pelo princípio de «a trabalho igual, salário igual», propondo-se acabar com a discriminação do «pessoal auxiliar».

Quanto à intervenção da banca na conjuntura socioeconómica global, a lista B visa o objectivo de reconversão da banca, a qual passará forçosamente pelo controlo da actividade bancária a realizar pelos trabalhadores.

Os candidatos pretendem ainda melhorar a estrutura de informação promovendo uma melhor formação sindical, sem esquecer a necessidade de levar até ao fim o saneamento. Está também previsto dar uma voz mais activa aos trabalhadores bancários da província e das ilhas.

6 ABO. 1975

ELEIÇÕES NOS BANCÁRIOS

LISTA B DEFENDE
AMPLO DEBATE

«Sob o signo da «Unidade da Classe», os candidatos da lista B às eleições no Sindicato dos Bancários, promoveram esta manhã uma conferência de Imprensa para apresentação dos programas.

Depois de referirem que a questão da Banca tem tudo a ver com o actual processo político e como tal, as actuais eleições reflectem esta situação, os componentes da lista B passaram a explicar o processo de constituição da referida lista que se iniciou com a participação de 75 a 80 por cento dos trabalhadores bancários.

O critério a aplicar para a escolha dos candidatos seria o grau de militância sindical e o comprovado interesse pelos problemas dos bancários.

O processo de constituição de listas partiu das estruturas de delegados que definiram o modo de consulta aos bancos. Ficou definido que bancos com mais de 750 trabalhadores apresentariam cinco nomes e bancos com menos de 750 apresentariam 2 nomes.

Algumas das comissões afase pretendia viesse a congregaram-se deste processo que gar toda a classe, umas por dificuldade de contactos, outras por discordância.

Segundo os candidatos da lista B, seria perfeitamente possível incluir várias tendências numa mesma lista que seria, assim, a «Lista de Unidade de Classe».

Em referência à inclusão de uma Comissão de Representação de tendências, foi afirmado que esta surge na sequência da aprovação dos estatutos numa assembleia atribulada e em que as duas propostas de estatuto presentes não chegaram a poder ser discutidas.

Esta comissão destinar-se-ia a fiscalizar os actos da direcção, impedindo o seu controlo partidário.

Para os candidatos da lista B tal comissão não faz senti-

do porque apenas transporta para o sindicato uma «forma de organização de tendência partidária».

No que respeita ao programa, este apenas «enuncia princípios gerais» porque o que se pretende, agora, é «marcar uma posição de princípio».

É objectivo desta lista aproveitar o período de campanha eleitoral (que se prolonga até 30 de Agosto) para promover uma série de encontros com os trabalhadores que lhes permitam, no momento de votar, ter perfeito conhecimento de pessoas e programas.

Propuseram ainda a realização de sessões conjuntas com representantes da outra lista dos trabalhadores.

6 AGO. 1975

UNIDADE DA CLASSE BANCÁRIA

— DEFENDE A LISTA B

PROPOSTA PELA DIRECÇÃO CESSANTE

Denunciando que os Estatutos do Sindicato dos Bancários foram aprovados sem que tivesse sido feita a sua discussão pela classe, elementos da lista B, candidata às eleições dos corpos gerentes daquele Sindicato, reuniram, esta manhã, com os jornalistas, para apresentarem o seu programa de acção, sob a sigla «Lista de Unidade da Classe».

Dentro do espírito da Lei Sindical e mesmo dos Estatutos, é permitido à direcção cessante a apresentação de uma lista de candidatura para os futuros corpos gerentes.

No entanto — esclarecem —, a direcção entendeu que a apresentação de uma lista deveria ter a mais ampla participação das estruturas sindicais, tendo por isso, «e no sentido de ultrapassar a situação divisionista que se tem verificado entre os bancários», consultado, em conjunto com o Secretariado Distrital de Lisboa, a estrutura de delegados para análise do problema.

Dessas consultas, resultaria um esquema, no qual os bancos com menos de 750 trabalhadores apresentariam dois nomes e as unidades que ultrapassassem esse número, apresentavam cinco nomes.

Segundo os promotores da reunião desta manhã, que decorreu na sede do Sindicato dos Bancários, «conseguiu-se juntar numa lista nomes dos sindicalistas mais honestos e cujo trabalho já desenvolvido pode assegurar representatividade no espaço sindical — independentemente das suas ideologias políticas ou credos religiosos».

A campanha eleitoral ora iniciada, e que se prolongará até ao do corrente, data das eleições, visará, por parte dos componentes da lista B, o desenvolvimento de um intenso programa de esclarecimento, em reuniões efectuadas com os camaradas dos bancos de Lisboa e da província, campanha da qual esperam sair reforçada a sigla «Lista de Unidade da Classe».

Bases programáticas

A lista B defende que «o Sindicato deve estar sob controlo permanente e efectivo dos trabalhadores; que a luta de transformação da sociedade deverá ser conduzida a partir da situação real que ocupamos no espaço político, económico e social, em aliança com os restantes trabalhadores, no combate ao capitalismo, que tenta desesperadamente preservar a dominação dos meios de produ-

ção com a conseqüente exploração das massas trabalhadoras; que a unidade dos trabalhadores será vital para o fortalecimento da organização sindical; que o Sindicato deverá ser um organismo apartidário, mas não apolítico, e funcionar com total independência relativamente ao patronato, Estado, organizações políticas e instituições religiosas; que os trabalhadores devem dizer não à reivindicação pela reivindicação, mas devem continuar a luta pela solução das suas justas reivindicações com vista à melhoria das suas condições de vida.

A todos deve ser dada igualdade de oportunidades; a trabalho igual, salário igual, sem discriminação de sexo ou idade, devendo ainda serem abrangidos num mesmo contrato, com vista à verticalização, todos os trabalhadores agregados na mesma empresa; que a reconversão da Banca é tarefa urgente e imediata e deverá subordinar-se aos interesses do povo português; que o saneamento é um acto revolucionário, importando afastar todos os que pela sua actuação, antes e após o 25 de Abril de 1974, sempre se identificaram com a deteriorização das relações de trabalho, exercendo repressões e abusos de toda a ordem; que no sentido de dar aos trabalhadores bancários da Província e Ilhas uma voz cada vez mais activa na resolução dos problemas que especificamente lhes dizem respeito, o Sindicato deverá actuar sempre na perspectiva de evitar a tendência centralizadora de Lisboa.

Pelo facto de os Estatutos, conforme já referimos, terem sido aprovados sem a indispensável discussão a nível de bases, a lista B preconiza que, embora a sua revisão tenha de ser feita, obrigatoriamente, no prazo máximo de um ano, torna-se conveniente iniciar imediatamente a sua discussão, no sentido de se abreviar os inconvenientes da manutenção de disposições que são manifestamente contrárias aos interesses dos trabalhadores bancários.

7 AGO. 1975

Eleições nos bancários

“Lista de unidade de classes” é a sigla da lista B

«Lista de unidade de classe» é a sigla da Lista B, concorrente às eleições para a direcção do Sindicato dos Bancários que se realizam no próximo dia 30.

No caderno programático da lista B, apresentado aos Órgãos de Informação, por alguns elementos concorrentes como Beatriz Ramos, Ulisses Garrido e Daniel Cabrita, constam como princípios fundamentais a unicidade, a democraticidade, a participação na organização popular de massas e a solidariedade dos trabalhadores bancários com os restantes sectores do mundo do tra-

balho.

A Lista B propõe-se também terminar com a discriminação do pessoal auxiliar, a estabelecer em contratação colectiva (vertical), bem como a regência efectiva do princípio «para trabalho igual, salário igual». A reconversão da Banca é outro dos objectivos, passando esta pelo «contrôle» da actividade bancária, «contrôle» que será exercido, como não podia deixar de ser, pelos próprios trabalhadores; melhorar a estrutura de informação promovendo uma melhor formação sindical, levar até ao fim o saneamento ainda neces-

sário e dar voz mais activa aos bancários da provincia e das ilhas.

A constituição da equipa da lista B foi elaborada não na base partidária ou politica, mas com fundamento na militância sindical. Assim, foram aprovados em reunião de delegados sindicais dos bancários, os 24 concorrentes da lista e os 11 que integram a Comissão de Representação de Tendências.

Entretanto, já foi apresentada uma outra lista (A) «Por um Sindicato Democrático», a qual divulgará o seu programa nos próximos dias.

7 ABO. 1976

Unidade de classe e participação efectiva

—propõe a Lista B para a direcção do Sindicato dos Bancários

«Lista de unidade de classes» e a lista da Lista B, concorrente às eleições para a direcção do Sindicato dos Bancários, a qual integra elementos de várias tendências partidárias. A escolha foi decidida devido à militância sindical das pessoas designadas, segundo esclareceram ontem elementos da referida lista, em conferência de Imprensa realizada no Sindicato dos Bancários. Presentes na mesa, estavam Joaquim Marques, Ulisses Garrido, Beatriz Ramos e Daniel Cabrita.

Embora estatutariamente seja conferido à direcção cessante o direito de apresentar uma candidatura autónoma, consideraram os actuais corpos directivos que tal medida só se justificaria perante uma total desmobilização da classe e, por consequência, para não deixar morrer uma estrutura sindical. Entretanto, e dada a fase política e sindical que atravessamos, dada ainda a importância que vai assumir a futu-

ra actuação do sector bancário, cujo funcionamento e coesão serão postos ao serviço dos interesses populares, a direcção entende dever ouvir a estrutura de delegados sindicais por forma a constituir uma lista que correspondesse a uma máxima representatividade e participação activa na vida sindical.

Assim, foi aprovado em plenário de delegados este processo, tendo posteriormente sido aprovados os candidatos em conformidade com o número de pessoas que o banco que representam possui: cinco ou dois, consoante este tivesse mais ou menos de 750 empregados. Foram assim escolhidos os 24 concorrentes da lista e os onze que integram a Comissão de Representação de Tendências, durante uma assembleia de cerca de duzentos delegados.

Desta forma, e conforme foi salientado, não se poderá afirmar que a lista esteja, na sua totalidade, identificada com a direcção actual, uma vez que abrange cerca de 80 por cento do sector.

A unidade, a independência, a democraticidade, a participação na organização popular de massas e a solidariedade dos trabalhadores bancários com todos os trabalhadores dos sectores de actividade que compõem o mundo do trabalho no nosso país, são pontos programáticos da Lista B, propondo-se ainda acabar com a discriminação do pessoal auxiliar, a estabelecer em contratação colectiva (vertical), bem como a regência efectiva do princípio «para trabalho igual, salário igual».

A reconversão da Banca é outro dos objectivos, passando esta pelo «controle da actividade bancaria», «controle» que será exercido, como não podia deixar de ser, pelos próprios trabalhadores. Melhorar a estrutura de informação promovendo uma melhor formação sindical, levar até ao fim o saneamento ainda necessário e dar voz mais activa aos bancários da provincia e das ilhas, são outras propostas efectuadas pela Lista B.

ACTUAIS DIRIGENTES SINDICAIS REVELAM LISTA «B» DE BANCÁRIOS DE LISBOA

Na sede do Sindicato dos Empregados Bancários, foi revelada a composição da lista

B sob a designação de lista da unidade da classe: a apresentar as eleições, do próximo dia 30 do corrente. Na mesma estavam presentes Joaquim Marques, Beatriz Ramos, Ulisses Garrido e Daniel Cabrita.

Historiaram o processo da constituição da lista, Beatriz Ramos e Daniel Cabrita, que esclareceram, ainda, que embora seja conferido à direcção cessante o direito de apresentar uma candidatura autónoma, consideravam os presentes corpos directivos que essa norma só deverá ser aplicável numa situação de completa desmobilização da classe e com a finalidade de não deixar morrer a estrutura sindical. Todavia, na actual conjuntura política e sindical — e dada a importância estrutural que terá, para a vida do País, a coesão e o integral funcionamento do sector bancário, a colocar sob a égide dos interesses populares — deliberou a direcção ouvir a estrutura de delegados sindicais, a fim de poder constituir um elenco candidato que correspondesse à máxima representatividade possível, por um lado, e a uma efectiva militância sindical, por outro.

Este processo — discutido e votado pelo plenário da estrutura de delegados, muito embora posteriormente não tenha sido cumprido na sua totalidade — incluía a aprovação de nomes de eventuais representantes em todas as estruturas bancárias, em número de cinco ou dois consoante o banco tivesse mais ou menos de 750 empregados. Nas diversas fases de apuramento dos candidatos seria possível incluir novos nomes, tendo, numa reunião final de cerca de 200 delegados sido escolhidos os 24 concorrentes à direcção e os 11 elementos que, estatutariamente, qualquer lista deverá apresentar à comissão de representação de tendências. Deste modo, e segundo informação de Daniel Cabrita, embora a lista tenha o aval da direcção, não poderá afirmar-se que, na sua totalidade, ela esteja identificada com a actual direcção, sendo certo que abrange representantes que cobrirão uma área correspondente a 80 por cento do sector bancário.

7 A60. 1975 Lisboa

Lista B dos Bancários:

«Unidade da classe»

Uma equipa cuja constituição foi elaborada não na base de uma aferição partidária ou política, mas com fundamento na militância sindical dos candidatos, apresentar-se-á, no dia 30, às eleições no Sindicato dos Bancários de Lisboa. Esta lista, a lista B, tem como designação «Lista de unidade da classe». Isto foi revelado, ontem, numa conferência de imprensa, promovida pelos componentes da lista B, estando presentes na mesa Joaquim Marques, Beatriz Ramos, Ulisses Garrido e Daniel Cabrita.

Historiando o processo de constituição da lista, Beatriz Ramos e Daniel Cabrita esclareceram que, embora estatutariamente seja conferido à direcção cessante o direito de apresentar uma candidatura autónoma, consideravam os presentes corpos directivos que essa norma só deverá ser aplicável numa situação de completa desmobilização da classe e com a finalidade de não deixar morrer a estrutura sindical. Todavia, na actual conjuntura política e sindical — e dada a importância estrutural que terá, para a vida do País, a coesão e o integral funcionamento do sector bancário, a colocar sob a égide dos interesses populares — deliberou a direcção ouvir a estrutura de delegados sindicais, a fim de poder constituir um elenco candidato que correspondesse à máxima representatividade possível, por um lado, e a uma efectiva militância sindical, por outro.

No caderno programático da lista B constam, como princípios fundamentais, democraticidade, a participação na organização popular de massas e a solidariedade dos trabalhadores bancários com os restantes sectores do mundo do trabalho.

No capítulo da contratação colectiva, perspectivado em termos verticais, a lista B reger-se-á pelo princípio de «a trabalho igual salário igual», propondo-se acabar com a discriminação do pessoal auxiliar.

Quanto à intervenção da banca na conjuntura socioeconómi-

ca global, a lista B visa o objectivo de reconversão da banca, a qual passará forçosamente pelo controlo da actividade bancária a realizar pelos trabalhadores.

Os candidatos pretendem ainda melhorar a estrutura de informação promovendo uma melhor formação sindical, sem esquecer a necessidade de levar até ao fim o saneamento. Está também previsto dar uma voz mais activa aos trabalhadores bancários da provincia e das ilhas.

ELEIÇÕES NOS SINDICATOS

DE QUE VIRAGEM SE TRATA?

Enquanto alguns sindicatos bancários, empregados de escritório, jornalistas prosseguem as campanhas com vista à eleição de novos dirigentes, no Sindicato dos Metalúrgicos prepara-se a apresentação das listas, no Sindicato da Marinha Mercante a direcção encontra-se demissionária e no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos, após as eleições terem sido impugnadas, não há comissão instaladora, nem comissão directiva.

Um ponto sensível é a vida sindical. As forças progressistas e as contra-revolucionárias sabem-no muito bem. Ainda ontem o nosso jornal divulgava as afirmações de um ex-agente da CIA, Philip Agge, que garantia que aquela organização tentou infiltrar-se nos sindicatos portugueses na sequência da visita feita no ano passado por dois homens com ligações à agência Michel Boggs e Irving Brown. Se conseguiram ou não... isso se verá daqui a algum tempo.

BANCÁRIOS

No próximo dia 30 terão lugar as eleições neste sindicato. Duas listas apresentaram-se: a A usa a sigla «Por um sindicalismo democrático» e a lista B, afecta à direcção, tem o lema «Por um sindicalismo de unidade de classes».

A lista A, que se considera unitária, tem o apoio daqueles trabalhadores bancários que nas assembleias gerais têm apoiado o direito de tendência. A lista B é constituída por conhecidos militantes sindicais e antifascistas, como por exemplo, Daniel Cabrita. Defendem, no seu programa, que o

Sindicato é um organismo apartidário mas não apolítico. Na realidade competirá ao sin-

dicato assumir todas as posições políticas que os trabalhadores entendem necessárias, na defesa dos seus interesses gerais, nomeadamente face a ameaças contras as liberdades democráticas ou contra quaisquer direitos já conquistados ou a conquistar pelos trabalhadores. Quanto à lista A apresentará o seu programa na conferência de Imprensa na próxima segunda-feira.

JORNALISTAS

Também no Sindicato dos Jornalistas se apresentam duas listas. A «Por uma informação em defesa das massas populares e dos trabalhadores contra a manipulação partidária» e a B «Por um jornalismo ao serviço do Povo».

A maioria dos elementos da lista A têm-se distinguido nos últimos anos no sindicato por uma oposição activa e consequente no seio do sindicato. Dizem no seu programa, a certa altura «Nenhuma Informação é apolítica. Toda a Informação tem implicitamente uma opção de classe. Mas se a Informação traduz, sempre, uma opção de classe, isto não significa que tenha de ser, por fatalidade,

manipulada partidariamente por quaisquer forças ou organizações políticas. Uma Informação em defesa das massas populares e dos trabalhadores propõe-se fundamentalmente prestigiar e valorizar as lutas e as conquistas do povo operários, camponeses, massas populares e exploradas», revelando os avanços e recuos da luta de classes, em detrimento das querelas partidárias.

Quanto à lista B, cujos pontos concretos do programa já divulgámos neste jornal, repudia qualquer forma de censura (a lista A também) e repudia a filiação do Sindicato na Inter-sindical o Sindicato dos Jornalistas foi um dos fundadores, mas comprometem-se a colocar, se forem eleitos, o problema à assembleia.

EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO

Também as eleições no Sindicato dos Escritórios estão marcadas para o dia 30 de Agosto. A lista A é afecta à actual direcção e a lista B intitula-se antifascista e anti-social-fascista.

Também os trabalhadores metalúrgicos devem ir às urnas brevemente. Aqui, porém, ain-

da não estão formadas as listas que disputarão as eleições.

Tal como se interrogava um semanário, este período eleitoral será a confirmação de uma viragem? Isso também nós perguntamos. Mas de que viragem se trata e para que sentido?

DIRECÇÃO E ELEIÇÕES POSTAS EM CAUSA

A permanência ou não da actual direcção do Sindicato dos Administrativos da Marinha Mercante será o ponto principal e talvez o único da assembleia geral da próxima segunda-feira. Por outro lado, no Sindicato dos trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos continua o impasse. A lista B (vencedora das eleições) e a lista A concordaram em que tinha havido irregularidades no acto eleitoral e comentaram em impugnar as eleições. Só que depois e sublinhando que tinha consultado as bases», a lista B voltou atrás e recusa-se a participar na comissão directiva paritária, solução proposta por um representante do MFA, para gerir o sindicato enquanto se preparam as novas eleições para Outubro.

1 1 A60. 1975

BANCÁRIOS: CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DA LISTA A

A Lista A candidata às eleições para o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas realiza hoje, ao fim da tarde, na Rua do Crucifixo, 86, 2.º, em Lisboa, uma conferência de imprensa para divulgação do seu programa.



1 2 AGO. 1975

LISTA «A» DOS BANCÁRIOS PELA RECONVERSÃO DA BANCA

A luta por um sindicato democrático, que os trabalhadores bancários devem enquadrar na luta dos trabalhadores de todo o mundo, foi ontem exposta e explicada em pormenor pelos candidatos da lista A à direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, numa conferência de imprensa destinada à apresentação do programa da lista que se opõe à actual direcção daquele órgão sindical.

Depois de terem referido que a sua lista se compõe por elementos antifascistas e anti-sociais-imperialistas, um dos trabalhadores da mesa fez uma análise da situação política e da luta dos trabalhadores no nosso país, repudiando a adopção de formas corporativistas, «isto é, a transformação dos sindicatos em órgãos do aparelho de Estado», bem como a lei sindical feita nas costas dos trabalhadores.

O programa da lista A propõe a reconversão e controlo da banca através das comissões de trabalhadores, apoiadas numa estrutura sindical nova, de forma a possibilitar uma intervenção activa ao poder operário. «Colocamo-nos assim contra toda a falsa participação dos trabalhadores na decisão económica e financeira, e propomo-nos dinamizar os trabalhadores, a nível de empresa, para que sejam eles mesmos a controlar directamente a nomeação dos gestores das instituições bancárias. Compete aos trabalhadores impor profundas alterações ao aparelho económico e financei-

ro do país. Apoiaremos esta tarefa, sempre que estes trabalhadores se mostrem independentes do Estado.» Mas acrescentou também que o controlo implica o encontrar duma resposta que acabe com a discriminação económica, social, cultural e profissional que actualmente se pratica nas empresas e, por outro lado, dotar os trabalhadores de meios que lhes permitam assumir a sua parte do controlo efectivo da economia em crise.

A propósito do funcionamento democrático do sindicato, foi sublinhado o direito de tendência e o reforço da unidade dos trabalhadores no seu sindicato e nas relações entre outras organizações do mesmo tipo. Dentro desta análise, foi severamente atacada a Intersindical, sendo afirmado como posição da lista A, que esta lutaria «no interior da Intersindical para defender apenas e só as posições que os trabalhadores definam em assembleia e denunciar publicamente as posições traidoras.»

Durante a conferência de im-

prensa foi também explicada a posição da lista A frente ao caderno reivindicativo que inclui a luta contra a discriminação que se faz sentir em relação aos trabalhadores femininos e aos trabalhadores classificados no pessoal menor, que nunca passam de categoria. O programa reivindicava a semana das 35 horas, a definição da política de despedimentos, repudia as horas extraordinárias que limitam a possibilidade de novos trabalhadores desempregados arranjam emprego e serve a exploração dos próprios trabalhadores. O saneamento dos opressores deve ser feito por todos os trabalhadores bancários através da sua comissão de trabalhadores. Foi também defendida a redução do leque salarial, com vista a diminuir as diferenças existentes entre os trabalhadores bancários das diferentes categorias e dos diferentes sectores de decisão.

Bancários

«Por um Sindicato Democrático»

• Lema da lista A para as eleições

Realizou-se ontem a apresentação do Sul e Ilhas. Sendo tradicionalmente a letra A designação gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. Sendo tradicionalmente a letra A designação das candidaturas afectas às direcções cessantes, convém esclarecer que se está perante um caso inverso "pelo simples facto de, não obstante entregue às 15 h. 45 do último dia do prazo, ter sido a primeira a ser recebida pela Mesa da Assembleia-Geral..." A lista, que se apresenta sob a designação "POR UM SINDICATO DEMOCRÁTICO", é composta por numerosos membros de comissões de delegados e delegados sindicais e elementos com anterior experiência de luta, dando continuidade a uma intervenção que levou já à esmagadora vitória do seu projecto de estatutos. Saliente-se que a classe dos bancários tem ocupado um papel proponderante no movimento sindical, com níveis de participação e de maturidade política invulgares. As anteriores direcções têm assumido grandes responsabilidades na condução da Intersindical; simultaneamente, foi talvez entre os bancários que o surgimento de alternativas à política sindical tradicionalmente dominante se fez mais cedo, tendo ficado como significativos alguns processos ocorridos ainda durante o fascismo com a demissão de dirigentes e o despedimento de empregados sindicais de que o "caso Jorge Aguiar" foi o mais saliente.

O programa da lista A começa por proceder à inserção de um projecto de luta e de unidade para a classe dos bancários numa análise prévia da situação política em Portugal no quadro da intensificação da luta anticapitalista como aproveitamento das novas condições resultantes do 25 de Abril, avançando os trabalhadores "para a completa realização

do seu objectivo histórico: a sociedade sem classes". Denunciando que a classe dominante, "forçada a ceder progressivamente ao impetuoso movimento de massas... não assiste impávida aos avanços realizados", considera-se que "enquanto uma facção, laica do imperialismo, tenta sucessivos golpes fascistas orientados para a reposição da anterior situação, uma facção burocrática, ao serviço do social-imperialismo, através de contra-golpes social-fascistas, avança no controlo do aparelho de Estado sem lhe introduzir quaisquer alterações de fundo, procurando instaurar um capitalismo monopolista de estado. Deste modo, se bem que sob formas mais ou menos disfarçadas, vêm sendo mantidas a dominação e a exploração das massas trabalhadoras."

IMPEDIR UM NOVO CORPORATIVISMO

Ao lutar por um sindicalismo democrático a lista candidata pretende "impedir a instauração de formas corporativistas — isto é, a transformação dos sindicatos em órgãos do aparelho de estado", repudiando as ingerências da Lei-Sindical com que, afirmam, a burguesia pretende coartar o direito dos trabalhadores livremente se organizarem, combatendo a prática da co-gestão das instituições bancárias por cúpulas sindicais desvinculadas da ampla participação das massas. Ao pôr em causa a subordinação do Sindicato a interesses partidários "que não são os dos trabalhadores", procede-se ao enquadramento da luta dos bancários na luta mais geral dos trabalhadores portugueses "contra a dominação, exploração dirigismo e burocratismo", afirmando-se que "a luta sindical é uma luta política

e os sindicatos, não sendo partidários, não são, por isso, apolíticos, participando na luta de classes. "De acordo com os estatutos aprovados "o Sindicato constitui um meio de resistência dos trabalhadores ao capitalismo e tem por fim, em geral, desenvolver a consciência de classe e criar condições que permita o derrube de todo o sistema de opressão e dominação da classe trabalhadora".

O programa reivindicativo que é apresentado visa essencialmente terminar com as desigualdades e divisões no seio dos trabalhadores, como forma de se alcançar a unidade em torno de objectivos concretos. Nesse sentido assumem particular importância a luta contra a discriminação em razão do sexo que continua a subalternizar grande número de mulheres sem acesso a uma mesma carreira profissional, e contra a discriminação entre pessoal maior e menor (auxiliar). Outros pontos dizem respeito à redução do leque salarial, diminuindo o número de categorias e as diferenças entre elas, horas extraordinárias, despedimentos, horário de trabalho e saneamento.

COMISSÕES DE TRABALHADORES

Referindo o papel importantíssimo da Banca no combate à crise económica e às manobras reaccionárias tendentes a explorá-la, a lista A considera que uma reconversão que ponha o aparelho económico e financeiro de facto nas mãos do povo não pode ser obra exclusiva dos trabalhadores bancários, cabendo contudo a estes encontrar fórmulas que institucionalizem de imediato a sua intervenção directa. A reconversão e o controlo deverão ser feitas através das Comissões de Trabalhadores, apoiadas por uma estrutura

sindical nova assente na atribuição às assembleias sindicais dos poderes de decisão.

Embora as considere como independentes da estrutura sindical, o programa dedica especial cuidado à defesa das Comissões de Trabalhadores como "órgãos de vontade popular" eleitas directamente pelas massas e revogáveis a qualquer momento, as quais aparecem num momento de derrocada da economia capitalista como órgãos embrionários do poder dos trabalhadores, estabelecendo já contactos entre si e organizando-se por sectores. Enquanto o sindicato é definido como órgão de resistência à exploração capitalista, dirigindo os movimentos reivindicativos e colaborando na formação de uma consciência de classe, a C.T. aparece como órgão de poder dos trabalhadores dentro de uma empresa, substitui o sindicato quando este não acompanha as lutas, assegura o controlo da actividade das empresas.

Em relação à Intersindical, os actuais estatutos exigem a tomada de decisão em assembleia-geral e mediante voto secreto sobre a participação do Sindicato, propondo-se a lista candidata desenvolver uma profunda discussão do modo de funcionamento e linha de actuação da actual central sindical, que considera um "organismo anti-operário, burocrático e de cúpula, controlado partidariamente... votada ao mais implacável isolamento e desprezo pelos trabalhadores." Enquanto for vontade dos associados que o seu sindicato esteja na Intersindical, a posição da lista candidata será "a de no seu interior defender apenas e só as posições que os trabalhadores nos ditarem em assembleia e denunciar publicamente as posições traidoras que se tornam rotina neste organismo de cúpula."

Diferentes orientações em confronto

Até ao fim do mês de Agosto decorrerão em vários sindicatos do país processos de eleições de novos corpos gerentes, em cumprimento do disposto na lei sindical. Ao mesmo tempo que se perdeu em certa medida a possibilidade de aproveitar a campanha eleitoral no sentido do mais amplo esclarecimento (dificultando-se mesmo a própria participação devido ao período de férias), a actual situação política vem conferir às eleições uma importância inesperada. A intensa actividade partidária e o contexto de crise, o muito significativo abrandamento dos "conflitos de trabalho", a clara polarização das grandes opções em aberto fazem com que a problemática sindical seja subalternizada perante uma quase directa disputa entre diferentes projectos de socialismo, que tendem a ser explicitados nos próprios termos das alternativas políticas hoje presentes à sociedade portuguesa.

Depois da grande batalha da unidade, que, num terreno previamente escolhido, permitiu o reforço das estruturas de enqua-

dramento das organizações de representação sindical e a entrada num período de domínio quase incontestado da Intersindical e da estratégia que a suporta, chegou-se muito recentemente a uma situação de fractura entre diversas linhas sindicais em que a ameaça da divisão entre os trabalhadores não é já contida pela unicidade imposta na lei. Vencendo uma intensa movimentação operária "selvagem" ou autónoma, foi conseguida a consolidação de um esforço de enquadramento sindical pelas estruturas saídas da semiclandestinidadade dos últimos tempos do fascismo (e que já então dificilmente se afirmavam fora do quadro da pequena burguesia urbana comercial ou de serviços).

Contudo, a rígida aplicação de uma estreita concepção de centralismo democrático, a intransigência usada para com diferentes linhas de orientação sindical, e principalmente o preço que se tem vindo a pagar por uma clara subordinação a instâncias estatais, minaram uma hegemonia que chegou a parecer inabalável.

O período de revisão dos estatutos sindicais, terminado em 30 de Julho, permitiu a afirmação pública e repetida de orientações discordantes da tendência intersindicalista; em numerosos sindicatos as direcções actuais viram os seus projectos de estatutos derrotados por significativas maiorias, noutros casos foram forçadas a retirá-los para procurar alianças com correntes minoritárias, tentando alargar (com uma esquerda próxima e disponível) uma base de apoio que entretanto desaparecera. A questão da linha seguida pela Intersindical é levantada de dentro do movimento sindical.

O recente Congresso da Intersindical, se por um lado permitiu congregar antes das novas eleições uma maioria de direcções que talvez a elas não resistiam, veio ao mesmo tempo agudizar as contradições internas ao movimento sindical e reforçar com alguns argumentos o campo dos que falam da não existência de democraticidade interna, do partidarismo e da dependência face ao Estado. Não é já a existência de

mas sim a possibilidade de as diversas linhas de orientação sindical (vinculadas ou não a linhas partidárias) poderem livremente dispor de um espaço democrático de discussão interior à organização sindical.

A polarização da situação política actual facilitou a formação em vários sindicatos de alianças que se pretendem opor à tendência hegemónica. Está em causa neste momento que o PCP seja ou não capaz de conservar a sua forte implantação entre os trabalhadores, ou antes de manter a direcção de estruturas unitárias como são os sindicatos. Entre as candidaturas de "oposição" que já divulgaram os seus programas, o facto que parece mais saliente é o aparecimento de listas de unidade entre sectores que se pretendem democráticos, anti-fascistas e anti-social-fascistas, realizadas sob a bandeira do antipitalismo, aliando militantes do PS, do MRPP, de certas tendências trotsquistas e de socialistas ou revolucionários independentes. Perante esta frente que já obteve algumas vitórias quando das aprovações de estatutos, assiste-se a uma relativa marginalização de outros grupos que chegaram a desenvolver algum trabalho sindical, sendo os casos mais notórios os da UDP e do MES.

Participação de todos os trabalhadores na vida sindical dos bancários

—preconizam os candidatos da lista A para a eleição dos novos corpos gerentes

«Importante entendermos ser o facto de, na composição da nossa lista, não ter estado presente a preocupação de incluir personalidades. Constatou-se, pelo contrário, por um grupo de bancários que tem dado o seu melhor esforço na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, cujo apoio tem sido inequivocamente manifestado. Este apoio deve-se, fundamentalmente, ao facto de uma das preocupações essenciais da linha «Per um Sindicato Democrático» ser a participação de todos os trabalhadores na vida sindical — assim se exprime a lista A, que concorrerá às eleições para os novos corpos gerentes no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, então inconformada — e como os seus candidatos salientaram aos representantes dos órgãos da Comunicação Social durante uma conferência de imprensa — com a atribuição da letra que lhes foi dada, uma vez que, referiram, normalmente a A apoia as direcções cessantes e está de acordo com a Intersindical.

Defendendo, intransigentemente, a «unidade de todos os trabalhadores» que é a sua primordial preocupação, depois de ter prevenido os presentes contra algumas ausências a nível da informação, designadamente a RTP, puseram em relevo o apoio dado à Lista B do Sindicato dos Jornalistas — que apoiam — afirmando, ao recorrer a questões formuladas pelos representantes da informação, que estavam com todos os verdadeiros trabalhadores deste país.

O texto em questão, de que acima reproduzimos uma parte e foi apresentado aos trabalhadores por um dos nove elementos que concorreram às eleições durante a audiência conferência de imprensa, sinaliza ainda:

«As novas condições resultantes do 25 de Abril de 1974 vieram possibilitar aos trabalhadores a intensificação da sua luta anticapitalista, avançando para a completa realização do seu objectivo histórico: a sociedade sem classes. Enquanto uma facção, local do imperialismo, tenta sucessivos golpes fascistas orientados para a repetição da anterior situação, uma facção burocrática, ao serviço do social-imperialismo, através de contra-golpes social-fascistas, avança no controlo do aparelho de Estado sem lhe introduzir qualquer alteração de fundo, procurando instaurar um capitalismo monopolista de Estado.

★ -MINORIA CUPULISTA- DOMINA A ACTUAL DIRECÇÃO

A análise da situação política em Portugal e a acusação da actual direcção do Sindicato dos Bancários ser uma minoria cupulista constituíram os dois primeiros pontos da reunião com os jornalistas.

Reportando-se à luta travada a nível bancário, um dos bancários presentes (e candidato da aludida lista A) afirmou, em determinado momento:

«Enquadrada a nossa luta na luta mais geral dos trabalhadores portugueses contra a dominação, exploração, dirigismo e burocratismo, temos de afirmar, claramente que, a luta sindical é uma luta política e os sindicatos, não sendo partidários, não são, por isso, apolíticos, participando, pois, na luta de classes.

«Ao afirmar-se no art.º 14.º dos nossos estatutos que o Sindicato constitui um meio de resistência dos trabalhadores ao capitalismo e tem por fim, em geral, desenvolver a sua consciência de classe e criar condições que permitam o derrube de todo o sistema de opressão e dominação da classe trabalhadora», pretende-se significar, ao mesmo tempo, que se mantém as relações de produção capitalista e que o Sindicato deverá ser, nessa conjuntura, uma primeira escola de formação política em que as massas trabalhadoras elevem a sua consciência de classe que as conduza à abolição da exploração do homem pelo homem e consequentemente do sistema capitalista.

Acerca da verticalização sindical e da participação da mulher na luta dos trabalhadores, acentuou o mesmo candidato:

«A discriminação em razão do sexo, fortemente sentida entre os bancários, tem contribuído, muitas vezes, para o alheamento da luta de muitas das nossas camaradas de trabalho e para o consequente enfraquecimento da nossa unidade. Esforçar-nos-emos por

encontrar medidas, que, levadas à prática com o largo apoio dos bancários, possam realçar essa unidade na base do princípio de «para trabalho igual, salário igual.»

«A luta pelo horário de trabalho igual — salienta o documento da lista A, depois de considerações em torno da unidade dos trabalhadores e de outras relativamente à discriminação entre o pessoal — para todos deve entender-se como enquadrada na que vem travando a classe operária pela imposição da semana das 40 horas e que tem contribuído, significativamente, para a sua unidade e para o avanço do movimento operário do nosso país. A semana das 35 horas, para todos os bancários é, nesta fase da nossa luta, uma justa reivindicação.»

★ PREVIA AUSCULTAÇÃO DOS INTERESSES DOS TRABALHADORES

A tabela salarial (aprovada no último protocolo sindical); a segurança social (burocrática e oposta aos mais legítimos anseios de todos os trabalhadores portugueses) e a reconversão da banca (que exige o empenho revolucionário para se tornar efectiva e prática, de acordo com as necessidades, bem como a sua gestão, dos trabalhadores e do processo), são outros dos aspectos que ontem foram abordados.

Nesse enquadramento, afirmou-se:

«A reconversão e controlo deve ser feita através das comissões de trabalhadores, intimamente apoiadas por uma estrutura sindical nova, cabendo-lhes encontrar fórmulas que permitam ao poder operário uma intervenção activa. Colocamo-nos, assim, contra a fal-

sa participação dos trabalhadores na decisão económica e financeira, através dos sindicatos e da Intersindical.

«Neste aspecto, é ainda de destacar os problemas que surgirão da eventual excedência de mão-de-obra, bancária, por força da própria reconversão. Só a definição de critérios correctos permitirá impedir o atropelo e dos legítimos interesses dos bancários, a que muitos não hesitarão em recorrer e de que as transferências poderão ser um dos exemplos.

Para finalizar este ponto, entendemos que não devemos avançar com propostas que não tenham em conta uma correcta e prévia auscultação dos interesses dos trabalhadores.»

«A resolução — refere o texto a propósito de política financeira, interrogando-se acerca da legalidade de uma das últimas assembleias — das fins consignadas no Art.º 89.º dos estatutos do nosso Sindicato exige uma cuidada gestão financeira. Na realidade, a criação de fundos de greve, por exemplo, é incompatível com uma política de esbanjamento das avultadas receitas salidas dos nossos salários.

Portanto, também a avaliação deste tipo de problemas haverá que ser feita com a participação dos associados, e que pressupõe mais do que a realização de uma assembleia anual para a discussão e aprovação do orçamento e uma outra destinada à aprovação das contas.

Quanto às contas têm conhecimento de que numa das últimas assembleias gerais foi aprovada, por um «excesso» número de sócios, a realização de uma despesa de 12000 contos, argumentando-se, entre outras coisas, com a existência de saldos disponíveis?

14 AGO. 1975

NIVELAMENTO DOS BANCÁRIOS DISCUTIDO EM ASSEMBLEIA GERAL

REPUDIADOS OS ATAQUES A ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES

Em assembleia geral extraordinária realizada ontem, à noite, no Pavilhão do Académico, trabalhadores bancários do Norte tomaram conhecimento do resultado das posições assumidas e acordadas na Comissão de Nivelamento da Banca.

Constituída em Maio último, a referida comissão engloba representantes dos três sindicatos bancários do País e ainda elementos dos Ministérios das Finanças e do Trabalho.

Entretanto, momentos antes do início da sessão um dirigente do Sindicato dos Bancários do Norte, referindo-se ao documento em causa, considerou-o como atinente a uma política de esmeralização do vencimento dos quadros, de nivelamento dos salários mínimos praticados nos diferentes estabelecimentos bancários e de cessação de subsídios extra-contratuais.

Antes, porém, da ordem de trabalhos, o presidente da direcção do Sindicato interveio para afirmar que anos últimos tempos vem-se assistindo a tentativas de afastamento de colegas nosos dos seus locais de trabalho, acusando-os de pertencerem a determinados partidos políticos, temos logo à partida de meditar se os motivos serão mesmo esses ou não será principalmente devido à vigilância que os bancários têm exercido integrados no processo revolucionário em curso. Por que será que trabalhadores pretendem atingir outros trabalhadores, nos seus direitos mais fundamentais, como seja o direito ao trabalho? Só o podemos entender por serem manipulados por aqueles que não estão interessados no processo.

Entre os casos apontados, aquele dirigente referiu-se à escalada que está a atingir graves proporções, na área do nosso sindicato e assim tivemos conhecimento, que numa agência do Crédito Predial Português se manipulou a população local para se manifestar junto a essa agência para o afastamento de três colegas. Afirmaria ainda que «estes staquas pretendem identificar esses nossos colegas como um novo tipo de polícia política, na tentativa clara de fazer esquecer o contributo que os trabalhadores bancários que aderiram ao Crédito Agrícola de Emergência estão a dar à conjuntura económica actual e à colocação efectiva da banca ao serviço do sector agrícola mais explorado».

Surgiu, entretanto, uma moção que viria a ser aprovada por maioria e cujo teor salienta: «Trabalhadores bancários reunidos em Assembleia Geral repudiam veementemente todos os ataques feitos a associações de trabalhadores e reclamam castigo a todos os culpados.» Uma outra de teor idêntico em que eram pedidas responsabilidades à P.S.P., G.N.R. e aos Regimentos de Aveiro, Braga e Viseu foi rejeitada à admissão.

14 AGO. 1975

BANCÁRIOS DO PORTO DISCUTEM PROBLEMAS

PORTO, 14 — Em plenário realizado no pavilhão do Académico foi dado a conhecer o resultado das posições assumidas pela Comissão de Nivelamento da Banca, documento que um dirigente do respectivo sindicato considerou como atinente a uma política de «moralização do vencimento dos quadros de nivelamento dos salários mínimos praticados nos diferentes estabelecimentos bancários e de cessação de subsídios extra-contratuais».

O presidente do Sindicato verberou as tentativas de afastamento de colegas dos locais de trabalho e interrogou-se sobre os motivos que levam trabalhadores a pretender atingir outros trabalhadores. Disse que essa escalada está a atingir quase graves proporções entre os bancários, apontando alguns exemplos. A propósito, foi aprovada uma proposta em que se repudiam veementemente todos os ataques feitos a associações

DA CLASSE

de trabalhadores e se reclama castigo a todos os culpados.

Por último analisou-se o documento da comissão de nivelamento, sendo discutidos alguns pontos, nomeadamente os referentes ao nivelamento, subsídios diversos e empréstimos a habitação.

A assembleia prossegue no próximo dia 20.

DIÁRIO DE LISBOA
18 AGO 1975

ASSEMBLEIA DE BANCÁRIOS

Prosegue na quarta-feira, pelas 21 e 30, no pavilhão do

Académico Futebol Clube, a assembleia geral dos bancários do Norte, iniciada no passado dia 13, para apreciação do ponto n.º 2. da Ordem de Trabalhos. «Discussão e deliberação sobre posições já assumidas e a assumir pelo sindicato».

1 6 A60. 1975

NIVELAMENTO DOS BANCÁRIOS

DISCUTIDO EM ASSEMBLEIA GERAL

A Comissão de Nivelamento, constituída por representantes dos três sindicatos de bancários e elementos dos Ministérios das Finanças e do Trabalho, submeteu à Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários do Norte o resultado das posições assumidas e acordadas para serem discutidas, rectificadas ou alteradas.

No período de antes da ordem do dia, foi discutida e aprovada uma moção em que «trabalhadores bancários reunidos em assembleia geral repudiam veementemente todos os ataques feitos a associações de trabalhadores e reclamam castigo a todos os níveis». Foi rejeitada uma outra moção com texto idêntico mas onde se especificava que deviam ser exigidas responsabilidades à G. N. R., P. S. P. e aos comandos dos regimentos de Aveiro, Viseu e Braga, em virtude de acontecimentos amplamente divulgados e que se verificaram nos últimos dias.

Numa breve intervenção do presidente da Mesa da Assembleia Geral foi dado conta aos associados que a Direcção tem procurado acompanhar — e oportunamente actuar — em casos, que vão sendo conhecidos, de movimentação junto de agências bancárias e que ponham em jogo o direito ao trabalho.

Interveio depois um elemento da Comissão de Reestruturação da Banca, informando que neste momento está já elaborada uma proposta que entretanto aguarda aprovação do Conselho de Ministros. Admite-se que a partir do dia 18 prossigam os trabalhos da Comissão de Reestruturação cuja actividade tem estado ocasionalmente suspensa.

Entrou-se em seguida na discussão do documento apresentado pela Comissão de Nivelamento. Um bancário interveio para chamar a atenção para o facto de a classe continuar a ser privilegiada entre os trabalhadores do país, tendo considerações sobre o leque salarial e benefícios como sejam os empréstimos para construção de habitações. O documento da Comissão refere-se de facto, àquelas questões, considerando também fianças, cauções, isenção de horário de trabalho, subsídios diversos, rendas de casa, subsídios de almoço, ajudas de custo, retribuições mínimas do pessoal, remunerações es-

pecificadas por gestão, verticalização laboral, pensões de sobrevivência, regalias de carácter social, assistência médica.

O segundo ponto da ordem do dia incluía temas como «reformados, integração dos trabalhadores das Artes Gráficas a prestar serviços na banca e forma de aplicação das normas laboriais da banca à Caixa Geral de Depósitos.

Por proposta da Direcção, a assembleia foi interrompida, para que os bancários possam dispor de um período de reflexão propriatório de uma correcta assunção de posições na votação. A reunião prosseguirá na próxima quarta-feira.

18 AGO. 1975

TENTATIVA DE SUBORNO POR PARTE DE DIRECTORES BANCÁRIOS

LUANDA, 18 (Pelo telefone, do nosso correspondente Agnello Paiva) — Uma comissão de trabalhadores do Banco Inter Unido cujos principais accionistas são o Chase Manhattan Bank e o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, pediram o saneamento dos seus directores por tentarem aliciar o pessoal com a promessa de um suposto aumento de salários, autêntico e declarado suborno que teria como contrapartida a não revelação de medidas internas que a cúpula pretendia levar a efeito.

REPÚBLICA

BESCL

LISBOA

19 A60. 1975

DENUNCIADO

O PROCESSO

ESPÍRITO SANTO

Os trabalhadores do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa decidiram que mais nenhum trabalhador testemunharia no processo instaurado aos elementos da família Espírito Santo, visto que na instrução do mesmo foram escamoteadas as principais provas.

Consideram ainda que a libertação da família Espírito Santo, grande responsável pelo desvio de muitos milhares de contos, é um atentado ao Povo Português.

22 AGO. 1975

BANCÁRIOS DISCUTEM PROJECTO DE NIVELAMENTO

Cerca de 300 associados do Sindicato dos Bancários do Norte reuniram-se, no pavilhão do Académico Futebol Clube, para prosseguirem com a assembleia geral extraordinária em que vêm sendo debatidas as propostas assumidas e acordadas pela Comissão de Nivelamento. As posições desta Comissão, posições que têm vindo a servir de base para discussão referem-se nomeadamente a fianças, cauções, isenção de horário de trabalho, subsídios diversos, ajudas de custo, empréstimos para habitação, retribuições mínimas do pessoal, remunerações especiais por gestão, verticalização laboral, pensões de sobrevivência, regalias de carácter social e assistência médica.

Durante a sessão — a segunda desta assembleia geral — vieram a ser aprovados moções e requerimentos, após várias intervenções de associados do Sindicato. Assim, por maioria, foi aprovado o seguinte texto: «Que as aprovações a efectuar por esta assembleia envolvam sempre o máximo respeito pelos direitos adquiridos e pela procura de melhoria de condições de vida porque sempre temos lutado com sacrifício já de alguns colegas nossos».

Veio depois a ser discutida e aprovada uma moção em que se considerava «divisionista» a discriminação prevista no capítulo IX do documento apresentado pela Comissão de Nivelamento, nos seus n.os 3 e 4. Segundo a proposta aprovada «deve defender-se intransigentemente a existência de um quadro único de remunerações por gestão», no que se refere a gerentes, subgerentes, chefes de serviço, subchefes de serviço, chefes de secção e sector.

Durante a discussão da mo-

ção foi apresentado — e rejeitado — um requerimento que preconizava o adiamento de todas as deliberações enquanto não fosse feita a reestruturação geral da Banca nacionalizada.

A assembleia geral extraordinária prosseguiu, já depois da meia-noite, com a discussão de uma nova redacção proposta para o artigo 8.º do capítulo IX, que se refere a remunerações que são acrescidas de importâncias atribuídas a título de compensação por isenção de horário de trabalho.

A Direcção dos bancários e a manifestação da Intersindical

Na nossa edição de ontem noticiámos, por lapso que lamentamos, que representantes da Direcção do Sindicato dos Bancários teriam participado no apedrejamento da sede da Intersindical. Pretendíamos, porém, referir-nos á lista A, candidata aos corpos gerentes do Sindicato dos Bancários. Do facto apresentamos desculpa á Direcção deste Sindicato, cujo desmentido passamos a publicar na integra:

«Tendo sido publicada no «Diário de Notícias» de hoje uma notícia segundo a qual representantes da Direcção do Sindicato dos Bancários teriam participado, após manifestação, no apedrejamento da Intersindical, solicitamos um desmentido formal e absoluto de tal notícia que é completamente carecida de fundamento.

Esta Direcção não dá cobertura a quaisquer actos de vandalismo e muito menos quando são praticados contra a Central Única dos Trabalhadores Portugueses, defensora intransigente dos seus legítimos interesses. Integrado no espírito da linha defendida pela Inter desde a sua fundação, o Sindicato não esteve, nem poderia estar, representado na manifestação que culminou na tentativa de destruição da Inter.

Outro tanto não acontece com alguns elementos affectos á lista A, concorrente ás próximas eleições do Sindicato, que a si próprios se consideram ligados ao M.R.P.P. e participaram activamente em tal acto, o que pode ser facilmente comprovado através de provas testemunhais.»

22 AGO. 1975

Assembleia Geral sobre nivelamento

TRABALHADORES BANCÁRIOS REAJUSTAM VENCIMENTOS

Cerca de três centenas de trabalhadores bancários reuniram em Assembleia Geral, no Pavilhão do Académico, para discutir a proposta de nivelamento, apresentada pela Comissão respectiva.

A reunião, que foi apenas uma segunda sessão da assembleia da semana passada, havida no mesmo local, já para discutir o mesmo assunto, começou imediatamente pela apreciação, na especialidade, do documento-base.

Várias intervenções de bancários começaram por dar a entender que parte da assembleia se oporia ao projecto de nivelamento, sobretudo por os trabalhadores verem, com a sua aprovação, perdidas certas regalias já alcançadas. Dentro desta linha, surgiu na Mesa uma proposta dizendo: «...que nesta aprovação a efectuar por esta assembleia envolvam sempre o máximo respeito pelos nossos direitos adquiridos, e pela procura da melhoria de condições de vida por que sempre temos lutado, com sacrifício já de alguns colegas nossos».

Depois de discutida, a proposta foi aprovada por maioria.

Momentos depois, e quando já se discutia uma outra proposta sobre remunerações especiais por gestão para gerentes e subgerentes; chefes de serviço, de secção e de sector, e respectivos subchefes, foi apresentado à Mesa um requerimento que pedia, com prejuízo dos inscritos, que não fosse tomada qualquer deliberação sobre o assunto em discussão, e que o nivelamento se procedesse depois de concretizada a reestruturação da banca.

Posto à votação, 127 trabalhadores votaram contra, enquanto 118 foram a favor do requerimento em causa.

Saliente-se, entretanto, que para o requerimento ser aprovado, segundo os estatutos dos Trabalhadores Bancários, seriam necessários dois terços de votos a favor, entre os presentes na assembleia.

Uma vez rejeitado o requerimento, a Direcção chamou a atenção da assembleia para o perigo que a classe corria caso ele tivesse sido aprovado. Segundo explicou o elemento da Direcção, quem beneficiaria com a jogada seriam os grandes senhores, uma vez que o nivelamento atinge, essencialmente, os quadros directores, administradores e altos funcionários. De resto, fez ver ainda que a reestruturação da banca não se sabe quando será feita, e em que moldes.

Ultrapassado este ponto, prosseguiu-se com a discussão da proposta seguinte, que, pouco depois, foi aprovada com a seguinte redacção:

— Considerando que os quadros das remunerações apresentadas nas alíneas 3, 4 e 5 do Capítulo IX (Remunerações Especiais por Gestão) são atentatórios e divisionistas face à unidade dos trabalhadores;

Considerando que, aos gerentes e subgerentes cabe a tabela salarial menor, quando, em boa verdade, lhes são exigidos diariamente sacrifícios, conhecimentos e responsabilidades não inferiores às de chefe de serviço, sector, secção ou analistas, inspectores, etc.;

— Considerando que, na hora difícil que Portugal atravessa, cabe aos gerentes e subgerentes a

imagem gestora de uma banca nacionalizada ao serviço do povo, sendo por via disso os alvos preferidos duma reacção que, nalguns casos, chega ao cúmulo de negar o inalienável direito ao trabalho.

Propõe-se que a Direcção do Sindicato dos Bancários do Norte defenda, intransigentemente, a opção de um quadro único de remunerações especiais por gestão, relativamente às alíneas 3 e 4 do capítulo supra.

Seguiram-se novas propostas, cuja discussão prossegue. — M. T.

23 A60. 1975

Luta acesa no movimento dos bancários

DESENROLA-SE em clima de grande eferescência a campanha eleitoral para a direcção do Sindicato dos Bancários da zona sul e ilhas. As suas listas em confronto têm promovido, a ritmo intenso, sessões de esclarecimento, nomeadamente em Lisboa, em que as críticas mútuas são frequentes.

A lista A, com a sigla «POR UM SINDICATO DEMOCRÁTICO», oposta à intersindical, em recente encontro com os jornalistas acentuou o carácter unitário da sua composição, que engloba elementos afectos ao P. S. e ao M. R. P. P., trotskistas e independentes de esquerda. Por outro lado, foi contestada a data de 30 de Agosto para a realização das eleições: sábado, fim do mês e, período de férias. No entanto, elementos afectos a esta lista encontram-se a fazer esforços para que os bancários em férias, na impossibilidade de estarem presentes nas zonas onde residem, possam votar através dos CTT. Outro dos aspectos postos em causa é o facto de a esta lista de oposição à actual direcção sindical ter sido atribuída a letra A. Segundo um porta-voz da lista, tal atribuição «constitui mais uma manobra da direcção para lançar poeira nos olhos dos trabalhadores de forma a confundirlos. «Efectivamente, às listas afectas às actuais direcções dos sindicatos tem vindo a ser correntemente atribuída a letra A, o que não se verifica neste caso.

Por sua vez, a lista B, proposta pela actual direcção e que tem por sigla «PELA UNIDADE DA CLASSE», é composta por elementos afectos ao P. C. P. e M. D. P./C. D. E. e irá certamente encontrar sérias dificuldades nas eleições. A provável está a derrota da sua proposta de alteração dos estatutos no passado mês de Junho, que constituiu um importante teste às diversas linhas em confronto, apesar de ter levantado larga e acesa polémica.

Segundo elementos afectos à lista B, os seus candidatos foram escolhidos nas respectivas repartições sindicais, tendo sido depois eleitos democraticamente em plenário de delegados os trinta e cinco nomes que a constituem.

Os programas das duas listas exprimem significativamente as divergências políticas que as mar-

cam. Assim, a propósito da reconversão da Banca, a lista A considera que não basta «dizer que existe um grupo de trabalhadores — e que nesse grupo estão incluídos representantes do sindicato». A reconversão e controlo deverão ser operados, segundo a perspectiva avançada pela lista A, «através de comissões de trabalhadores, eleitos directamente pelas massas e revogáveis a qualquer momento, intimamente apoiados por uma estrutura sindical nova, cabendo-lhes fórmulas que permitam ao poder operário uma intervenção activa». Colocam-se assim os membros da lista «Por um Sindicato Democrático» numa posição céptica face à participação que têm tido os trabalhadores no actual controlo da actividade bancária. Por seu turno, a lista B, «Pela Unidade da Classe», defende que a «reconversão da banca é uma tarefa imediata que se liga directamente à transformação das estruturas económicas da sociedade portuguesa», defendendo, nessa perspectiva, o processo do controlo que até agora tem sido praticado nos bancos.

Outro dos pontos que têm levantado grande polémica entre as duas listas é o chamado «direito de tendência», defendido no programa da lista A, que nega a possibilidade de esse direito poder constituir uma porta aberta ao pluralismo sindical. Pelo contrário, defendem os elementos desta lista, são os estatutos elaborados pela actual direcção que, pela sua natureza, produzem as condições propícias ao fraccionamento sindical. O direito de tendência, nesta perspectiva, será a base da verdadeira unidade dos trabalhadores.

A lista B contrapõe a tese de que o direito de tendência é uma forma subtil de introduzir o pluralismo sindical, dividindo os trabalhadores e beneficiando os capitalistas. De qualquer modo, o problema de fundo não reside na oposição linear entre «unicidade» e «pluralismo sindical», mas sim em diferentes concepções de unicidade.

Quanto ao «saneamento», a lista A qualifica-o de justa luta dos trabalhadores que deverá ser levada até às suas últimas consequências, devendo as comissões de trabalhadores chamar a si a condução do processo. Repudia, porém, esta lista os saneamentos motivados por diferentes con-

cepções ideológicas e os despedimentos sem justa causa. Para a lista B, «sanear é um acto revolucionário que os trabalhadores devem encarar conscientemente». Importa, assim, afastar, segundo a lista B, todos os que, «pela sua actuação sempre se identificaram com a deterioração das relações de trabalho, exercendo repressões e abusos de toda a ordem». O programa desta lista considera ainda que deverão ser saneados todos aqueles que «deliberadamente, tomem atitudes contra-revolucionárias» — o que, segundo observadores, poderia abrir caminho a medidas discricionárias de acordo com certa óptica partidária.

A semana de 35 horas é outra alinea do programa da lista A. Segundo esta lista, a luta pela semana de 35 horas é uma justa reivindicação e reveste-se de um carácter essencialmente político, para além de produzir efeitos secundários que não são de desprezar, como seja o aumento de postos de trabalho. Consideram ainda os elementos afectos a esta lista que é necessário combater a perspectiva que apresenta a resolução da crise através de medidas tais como os argumentos de tempo e ritmo de trabalho. Para a lista A, tal argumento não é mais que uma «concepção reaccionária que tenta falsear os dados do problema e que reflecte a tendência para um projecto capitalista de estado».

Diferente é a posição da lista B, que entende urgente o reforço da consciencialização política no contexto geral do país em que vivemos, devendo os trabalhadores dizer não à reivindicação pela reivindicação. Finalmente, a Intersindical é considerada pela lista A como um «organismo de cúpula, anti-operário, controlado partidariamente». A lista B, em contrapartida, qualifica a Intersindical de organismo democrático e revolucionário.

Considerado um dos sectores importantes para o controlo da vida sindical, os resultados das eleições dos Bancários virão, sem dúvida, a revestir-se de significativas implicações. Por outro lado, segundo nos confiou um elemento da lista A, o Sindicato terá tido, no ano transacto, uma receita superior a 40 mil contos, o que atesta claramente a sua importância e o seu peso.

24 AGO. 1975

LISTA «C»

PARA A COMISSÃO DE TENDÊNCIAS DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS:

Contra os «blocos» que procuram a hegemonia sindical

A defesa intransigente da independência do Sindicato face ao patronato, ao Estado e aos

partidos políticos é um dos princípios fundamentais defendidos pela lista C, do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, às eleições para a Comissão de Representação de Tendências, a realizar a 30 de Agosto.

Em «razão de uma candidatura à Comissão de Representação de Tendências» afirmam os signatários da lista C, que estas eleições se mostram de capital importância pois, a partir deste momento, só deste órgão da estrutura sindical se poderá esperar, dada a sua constituição, o combate decisivo a instrumentalização do Sindicato. E a sua acção será tanto mais eficaz quanto mais equilibrada for a distribuição dentro de si das várias tendências sindicais (que, como é evidente, não deixarão de reflectir diferentes opções políticas em presença na actividade sindical) Diremos mesmo, quanto maior importância tiver a presença de «uma terceira força» independente e com uma posição crítica relativamente a qualquer dos «blocos» que procuram a hegemonia sindical.

Se tal força não existir ou se existir sem peso considerável, é quase certo que a actuação da Comissão de Representação de Tendências está condenada a ter um papel de diminuta importância e a reflectir apenas, no seu seio, as batalhas que vão sendo travadas em outros terrenos, pelos partidos que estão por detrás dos «blocos».

Os princípios defendidos pela lista «C» são fundamentalmente os seguintes:

«A luta pela realização das condições indispensáveis à conquista da democracia interna nas organizações sindicais, o que passa pela constituição para os corpos gerentes de listas sem predominância partidária e pela atribuição dos mais largos poderes às assembleias gerais e de empresa; a defesa da unidade das classes trabalhadoras traduzida numa organização sindical forte e unitária; a defesa dos interesses dos trabalhadores que ao Sindicato cabe directamente representar sem deixar de os enquadrar na defesa dos interesses dos trabalhadores em geral»

25 AGO. 1975

UMA LISTA C NAS ELEIÇÕES DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

As próximas eleições para os corpos gerentes e para a comissão de representação de tendências do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, a realizar em 30 deste mês, candidata-se uma lista C, pela «democracia sindical para um sindicalismo de classe».

No documento em que se apresenta a razão da candidatura acusa-se as outras listas concorrentes aos corpos gerentes de apresentarem uma clara composição partidária e explicam-se os motivos que levaram os candidatos da lista «C» à comissão de representação de tendências e à apresentação de uma candidatura sem se fazer acompanhar de lista de corpos gerentes. Num momento de aberta confrontação ideológica — acrescenta-se — (e não só), como este que se vive em Portugal, qualquer candidatura aos corpos directivos dos sindicatos, a não ser feita uma base de composição unitária, terá de fazer-se a partir de alianças partidárias que, a mais ou menos curto prazo, se nos afigura estarem condenadas ao completo malogro».

Quanto aos princípios dos candidatos da lista «C» destacam-se como fundamentais: «A defesa intransigente da independência do Sindicato face ao patronato, ao Estado e aos partidos políticos; a luta pela realização das condições indispensáveis à conquista da democracia interna nas organizações sindicais, o que passa pela constituição para os corpos gerentes de listas em predominância partidária e pela atribuição dos mais largos poderes às assembleias gerais e de empresa; a defesa da unidade das chaves trabalhadoras traduzida numa organização que ao sindicato cabe directamente representar sem deixar de as enquadrar na defesa dos interesses dos trabalhadores em geral».

25 AGO. 1975

Eleições no Sindicato dos Bancários

LISTA «A» EXPÕE PRINCÍPIOS

Realizou-se na passada sexta-feira, dia 22, na sede do Sindicato dos Bancários de Coimbra, uma conferência de imprensa promovida pela lista «A» denominada «Lista da Classe» concorrente à eleição que no próximo dia 30 tem lugar naquele Sindicato.

Presentes os elementos componentes da lista, sendo porta-vozes Jorge Marinheiro, Alexandre Barroco e Joaquim Calhau.

Após haverem escarpalizado as razões por que a esta lista que não é apoiada pela Direcção foi atribuída a designação de lista «A» em contraposição com o consenso habitual das pessoas que designa a lista «A» como identificada ou apoiada pela Direcção cessante, e a «B» como opositorista, e que, em última análise, se devem ao facto de ter sido apresentada em 1.º lugar, passou-se à análise da Declaração de Princípios.

Segundo esta a defesa intransigente dos reais interesses da classe trabalhadora passa pela adopção duma acção sindical revolucionária que sirva efectivamente esses interesses, e pela tomada de consciência e participação dos trabalhadores nessa acção.

Assim, a Lista «A» defende: um **Sindicalismo de Classe**, ou seja um sindicalismo que seja o instrumento da emancipação económica, cultural e política dos trabalhadores na defesa dos seus direitos, completamente independente em relação aos partidos políticos, ao poder político e ao patronato.

Um **Sindicalismo Revolucionário de Base**: pela organização autónoma dos trabalhadores, contra o dirigismo; pela criação de estruturas a partir dos locais de trabalho (Comissões de Trabalhadores, Delegados Sindicais); pela adopção de métodos de trabalho que assentem na democracia, na participação ampla no trabalho sindical, na capacidade criadora de resolver os problemas que se lhes colocam, numa perspectiva crítica em relação ao movimento sindical.

A **Unicidade e Democraticidade Sindical**: porque para construir um sindicalismo que sirva efectivamente os trabalhadores é indispensável impor na prática uma democraticidade total no interior da organização sindical, da empresa à cúpula intersindical; porque é necessário que os trabalhadores tenham nas suas mãos o controlo efectivo de todos os níveis de decisão da sua organização sindical; defende a unicidade sindical conjuntamente com a democraticidade interna da organização sindical bem como o reconhecimento do direito de tendência, tal como

está definido no art. 6.º do Estatuto do Sindicato dos Bancários, como meio de garantir a livre expressão das correntes minoritárias de opinião sindical, pois o contrário é permitir que continuem a existir cúpulas dirigistas separadas das bases.

A **Nacionalização da Banca**: controlada pelas organizações de trabalhadores em geral e com particular incidência pelos bancários como trabalhadores mas directamente ligados a ela, pois, se assim, poderá ser colocada ao serviço do Povo Português; as nacionalizações em si, apenas, não significam o fim da dominação e exploração das classes trabalhadoras, se não forem acompanhadas paralelamente, e em toda a vida nacional, por um novo tipo de relações sociais, quer a nível do planeamento e controlo das actividades económicas, quer a nível político pela tomada do poder pelas classes trabalhadoras devidamente organizadas.

A **Completa informação da Classe**: sobre todos os problemas que interessam aos trabalhadores, pois, se assim a sua participação será efectiva; pelo incentivo às análises críticas sobre todos os problemas que afectam a classe porque só com uma ampla discussão e uma prática consciente, decidida e organizada, os trabalhadores conseguirão a sua emancipação total.

Os bancários, assim como todos os trabalhadores, são vítimas da mesma exploração desenfreada do homem pelo homem que é a pedra fundamental do sistema capitalista. Daí que a defesa dos seus direitos só será conseguida articulada com a luta global dos trabalhadores, com vista à construção de uma sociedade sem classes.

Após detalhada e desenvolvida exposição dos diversos pontos da Declaração de Princípios passou-se à fase de perguntas e respostas.

A uma questão sobre a nomeação de Comissões Administrativas para os Bancos entende a lista deverem, para tal, ser consultados os trabalhadores e não os Sindicatos.

A alegada diminuição de depósitos bancários, uma outra questão, deve-se a toda uma campanha demagógica no país. No estrangeiro, que leva as pessoas a levantar ou a não fazer mais depósitos; o mesmo se passa com as remessas dos emigrantes.

Foi a este propósito, feita uma referência à inoportunidade do imposto complementar dada a obrigatoriedade de declarações dos depósitos bancários, susceptível de actuar negativamente sobre o montante dos depósitos. O estabelecimento de tal imposto nestes mol-

das, deveria, segundo a lista ser precedido, por uma campanha de esclarecimento.

A actual Direcção, em resposta a outra pergunta, teria tido uma actuação caracterizada pelo dirigismo, pelo centralismo e pelo desfasamento em relação à realidade.

Sobre a definição partidária desta lista foi respondido não ter havido preocupações partidárias na sua composição. Abrange a lista um vasto leque de tendências, mas a união dos elementos faz-se em torno do Programa e não da cor partidária, havendo a intenção de não excluir qualquer organização política.

26 AGO. 1975

Eleições nos bancários

PROGRAMA DA LISTA C E REPRESENTAÇÃO DE TENDÊNCIAS

Porque não é possível, à partida, constituir uma lista (ou mais que uma) assente numa base unitária a fim de impossibilitar a hegemonização da actividade directiva sindical, os candidatos da C não participam na corrida para os novos Corpos Gerentes, acto que, conforme tem sido divulgado nas nossas colunas se realiza, já, no próximo dia 30. Os componentes da aludida lista — ou terceira via — candidatam-se, assim, para a Comissão de Representação de Tendências, como ontem, nas instalações sociais do Banco de Portugal, afirmou aos representantes dos órgãos da Comunicação Social um dos nove elementos da mesa (a lista engloba, refira-se, 11 candidatos).

No decorrer da reunião com os jornalistas um dos interve-

nientes assinalou ainda que se afigura que as eleições para a Comissão de Representação de Tendências se mostram de capital importância». E, na sequência da sua exposição, ainda aludiu aos órgãos da estrutura sindical e à necessidade de evitar a instrumentalização partidária por parte do sindicato. Nesse enquadramento acentuou que «a actuação da Comissão de Representação de Tendências está condenada a ter um papel de diminuta importância e a reflectir apenas, no seu seio, as batalhas que vão sendo travadas em outros terrenos, pelos partidos que estão por detrás dos «blocos». Isto é, a instrumentalização partidária do sindicato conti-

nuará, ainda que (provavelmente) com um sinal diferente do anterior. Mas com um sinal ou outro pouco terão do facto a beneficiar os trabalhadores. A raiz do mal subsistirá, pois ela não está em a instrumentalização ser praticada por este ou aquele partido, mas na existência da própria instrumentalização. Como associações de classe que são e integrando, portanto, trabalhadores das mais diversas opções ideológicas, os sindicatos (e os sindicatos são os trabalhadores neles integrados) não podem consentir que tal aconteça, pois a instrumentalização é em si mesma um factor de divisão e, conseqüentemente, um factor que apenas beneficia os seus

inimigos de classe e esses (por muito que custe a muita gente) são aqueles que exploram os trabalhadores, ou seja, os componentes da única classe cujos interesses frontalmente se opõem aos seus — a burguesia.»

No atinente aos objectivos a prosseguir (e a perseguir e aos meios a utilizar, a lista aponta para os princípios fundamentais do seu programa assim esquematizados: «a defesa intransigente da independência do sindicato face ao patronato, ao Estado e aos partidos políticos; a luta pela realização das condições indispensáveis à conquista da democracia interna nas organizações sindicais, o que passa pela constituição para os corpos gerentes de listas sem predominância partidária e pela atribuição dos mais largos poderes às Assembleias Gerais e de Empresa; a defesa da unidade das classes trabalhadoras traduzida numa organização sindical forte e unitária; a defesa dos interesses dos trabalhadores que ao sindicato cabe directamente representar sem deixar de os enquadrar na defesa dos interesses dos trabalhadores em geral».

LISTA «C» DOS BANCÁRIOS CONSIDERA

Momento político não propicia constituição de uma lista unitária

— Os sindicatos não podem constituir-se em organizações partidárias ou deixar-se transformar em veios acionados por correntes de transmissão que ostentem as cores de um partido — afirmou aos jornalistas o porta-voz da lista «C» concorrente às próximas eleições para a Comissão de Representação de Tendências do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, durante uma conferência de imprensa convocada para dar a conhecer as linhas de orientação dos elementos que a compõem e os objectivos que pretende atingir. De acordo com o mesmo porta-voz, a lista «C» é um órgão que surge na sequência de muitas lutas agitadas que se desencadearam no sector bancário e de conflitos que ultrapassaram o campo meramente verbalista, para entrarem no âmbito da violência física.

— A lista «C» candidata-se apenas à Comissão de Representação de Tendências, na medida em que o momento político criou situações graves de divisão entre os trabalhadores e eliminou o sentido crítico dos

mesmos — disse o orador, considerando que o ambiente não é propício à constituição de uma lista unitária.

— Ao assumirem esta posição, os componentes da lista «C» puseram de lado a única alternativa que lhes restava: a de aderirem a uma das listas concorrentes às eleições — «A» e «B» — que são «claramente partidárias». Além, e de acordo com as previsões do porta-voz, se eleições a realizar no próximo dia 30 «reavatarem o sector bancário, mais tarde ou mais cedo, para uma crise que só será vencida com novas eleições».

Segundo refere o programa apresentado pela lista «C», na actividade do Sindicato dos Bancários de Lisboa, nos últimos dois anos, tem predominado uma constância: a linha de anormalidade. E tudo por falta de acobramento de uma

tanta que, incapazes de analisar e compreender correctamente o momento político que se vive em Portugal, tudo têm feito para impedir a conjugação de esforços no sentido de uma prática anticapitalista consequente, lançando no seio dos trabalhadores os perigos da divisão e da confrontação permanente.

«Entendemos», prosseguiu o porta-voz, «que a nossa actuação será benéfica, no caso de surgirem conflitos entre os grupos «A» e «B» — é muito provável que isso aconteça — se tentarmos estabelecer uma plataforma de entendimento, sem pretendermos constituir um órgão conciliador, isto é, funcionarmos nessas ocasiões como uma terceira força interessada na condução democrática do Sindicato, apresentando sugestões e recomendações aos corpos gerentes da organização».

Independência do Sindicato

Segundo foi ainda afirmado, a «independência» específica forçará também a substituição da actual actividade sindical.

Sublinha o programa dos candidatos da lista «C», que os princípios gerais por que se vão reger, são: a defesa intransigente da independência do Sindicato face ao patronato, ao Estado e aos partidos políticos; a luta pela realização das condições indispensáveis à conquista da democracia interna nas organizações sindicais, e que passa pela constituição para os corpos gerentes de listas sem predominância partidária e pela atribuição dos mais fortes poderes às assembleias gerais e de empresa; a defesa do unidade das classes trabalhadoras traduzida numa organização sindical forte e unitária; e a defesa dos interesses dos trabalhadores que ao Sindicato cabe directamente representar sem deixar de os enquadrar na defesa dos interesses dos trabalhadores em geral.

Tais princípios, «conjugados com uma prática sindical incondicionalmente anticapitalista, constituem a definição do sindicalismo de classe, único que permitirá a ampla participação das massas trabalhadoras na defesa dos seus interesses e na luta pela sua emancipação».

Programa da lista C dos empregados bancários

Nas instalações sociais do Banco de Portugal, os componentes da lista C, candidata às próximas eleições, a realizar no dia 30, para a Comissão de Representação de Tendências, do Sindicato dos Bancários, apresentaram aos órgãos de Informação o seu programa para uma acção marcadamente anticapitalista em prol de um sindicalismo de classe, única via que permitirá a acção participada das massas trabalhadoras na defesa dos seus interesses e na luta pela sua emancipação.

Segundo um dos oradores, a lista C não concorre às eleições dos corpos gerentes, porque, no presente momento, não é possível, à partida, constituir listas que tivessem assentado numa base de representação unitária, a fim de supor a hegemonização da actividade directiva por qualquer corrente política. Assim, continuou um dos componentes da referida lista, como, tanto as listas A e B, apresentam uma clara composição partidária, não será de esperar que, da mudança de pes-

soas venha a resultar qualquer alteração qualitativa de actuação que favoreça a normalização das relações internas, que se têm agudizado nos últimos dois anos e, principalmente, nos últimos meses.

Os princípios fundamentais dos candidatos da lista C são os seguintes: defesa intransigente da independência do Sindicato face ao patronato, ao Estado e aos partidos políticos; lutar pela realização das condições indispensáveis à conquista da democracia interna, nas organizações sindicais, o que passa pela constituição, para os corpos gerentes, de listas sem predominância partidária, e pela atribuição dos mais largos poderes às assembleias gerais e de empresa; defender a unidade das classes trabalhadoras traduzida numa organização sindical forte e unitária e, finalmente, os interesses dos trabalhadores que ao Sindicato cabe directamente representar, sem deixar de os enquadrar na defesa dos interesses dos trabalhadores em geral.

26 AGO. 1975

INDEPENDÊNCIA DO SINDICATO FACE AO PATRONATO, AO ESTADO E AOS PARTIDOS BURGUESES

— propõe a lista C do Sindicato dos Bancários

Participando nas eleições de 30 do corrente para a Comissão de Representação e Tendências do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, os 11 candidatos da lista C não ignoram as dificuldades que encontrarão no próprio acto eleitoral perante os concorrentes das listas A e B, que em seu entender forjaram alianças táticas partidárias que se constituíram para ase constituírem como forças bancárias. A lista C, como referimos, concorre a parte do programa das eleições e não participa na corrida para a eleição dos corpos gerentes, age, assim, porquanto pretende evitar «uma acção de controlo para instrumentalizações partidárias», conforme acentuaram, ontem, no decorrer de uma reunião com os jornalistas, nas instalações do Rossio do Banco de Portugal, 9 dos candidatos componentes da mesma. Afirmaram, ainda, que a sua candidatura se justifica em função dos acontecimentos desenrolados a nível bancário nos últimos dois anos, nomeadamente no atinente aos conflitos que «inicialmente verbais des-cambaram mesmo para confrontos físicos».

Por que não se candidatam aos corpos gerentes? O representante de «O Primeiro de Janeiro» pôs a questão e anotou a resposta.

«Pensamos que as listas à partida se devem constituir sobre uma base unitária, porquanto se está a viver um momento delicado e se criou uma profunda divisão entre os trabalhadores, perdendo-se, também, o sentido de crítica em relação às organizações em que se milita. Em nosso parecer, as alianças táticas estão condenadas ao malogro». No entanto, os componentes da lista C, realçaram no decorrer da conferência de Imprensa, a importância de que se revestem as próximas eleições, para os corpos gerentes e para a Comissão de Representação e Tendências, apontando como constante para esse facto a «anormalidade», o «sectarismo» e a incapacidade para uma conjugação de esforços no sentido de uma prática anti-capitalista consequente.

«Afigura-se-nos, referem, ainda, os mesmos candidatos — que as eleições para a Comissão de Representação e Tendências se mostram de capital importância. Com efeito — prossegue o texto — a partir deste momento, só deste órgão da estrutura sindical se poderá esperar, dada a sua constituição, o combate decisivo à instrumentalização do sindicato. A sua acção será tanto mais eficaz quanto mais equilibrada for a distribuição dentro de si das várias tendências sindicais».

■ CONDENADAS AO MALOGRO AS ALIANÇAS TÁCTICAS

Depois de aludir noutro passo, às atribuições cometidas estatutariamente à Comissão de Representação e Tendências, os candidatos justificam a proposta feita nestes termos:

«Afastada esta única possibilidade de constituição de uma candidatura unitária aos corpos gerentes, que fosse capaz de ultrapassar a divisão neste momento existente no sector, restava aos proponentes ou entrar na política das alianças par-

tidárias, à semelhança do que foi feito pelos candidatos da lista «A», ou candidatarem-se — como tendência sindical que são — à Comissão de Representação e Tendências. Foi esta última a opção escolhida, na certeza de que as «alianças» em que se viesse a participar estariam condenadas, como já se disse, ao total malogro, dada a forma sectária que a prática sindical tem assumido».

Assim, através da representação — assinala-se mais adiante — que vierem a ter na Comissão de Tendências (e que aos bancários caberá tornar maior ou menor) se irão opor frontalmente e denunciar perante os trabalhadores.

Todas as tentativas de aproveitamento partidário do Sindicato (venham elas de onde vierem) de forma a contribuir para a superação da situação actual, fazendo com que a actividade sindical regresse aos objectivos próprios, a defesa intransigente dos direitos e legítimos interesses dos trabalhadores, e colocando-a à margem das querelas partidárias que tão nefastas se vêm mostrando à salvaguarda dos interesses globais das classes trabalhadoras e da independência nacional. E, neste sentido, começam por denunciar, desde já, os termos em que é apresentado o programa da lista «A» claramente definidores da orientação partidária».

No que respeita aos objectivos e prosseguir e aos meios a utilizar para os atingir, independentemente da actuação de cada um dos elementos que compõem a comissão, os candidatos da mesma lista apresentaram, também, os princípios fundamentais da sua lista expostos desta forma:

«A defesa intransigente da independência do Sindicato face ao patronato, ao Estado e aos partidos políticos; a luta pela realização das condições indispensáveis à conquista da democracia interna nas organizações sindicais, o que passa pela constituição para os corpos gerentes de listas sem predominância partidária e pela atribuição dos mais largos poderes às assembleias gerais e de empresa; a defesa da unidade das classes trabalhadoras traduzida numa organização sindical forte e unitária; e a defesa do interesse dos trabalhadores que ao Sindicato cabe directamente representar sem deixar de os enquadrar na defesa dos interesses dos trabalhadores em geral».

DIA 30 — ELEIÇÕES NOS SINDICATOS

LISTA B — «LISTA DE UNIDADE DA CLASSE»

Dois listas estarão em presença nas eleições para o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, no próximo Sábado. A Lista A, a cujo programa nos referimos na nossa edição de ontem, é constituída por elementos afeitos ao M.R.P.P. e P.S. além de trotzkistas e outros independentes, e tem como palavras de ordem «Por um Sindicato democrático».

Por sua vez, a Lista B apresenta-se como apertadíssima e está na linha da intersindical. O seu lema é o de «Lista de Unidade da Classe».

A lista B dos Bancários é resultante do processo que pretende o aparecimento de uma lista única que reflectisse a unidade desejada para a classe. Apoiada pela actual direcção, afirma que qualquer outra lista que se apresente às eleições — e há apenas uma a Lista A — não poderá evocar maior participação dos trabalhadores na sua elaboração do que a que teve, e não se poderá dizer que a sua leitura se processou em gabinetes ou sedes de partidos políticos.

O programa que apresenta aos bancários tem uma pequeníssima introdução e cinco capítulos. É um documento bem menos extenso do que o da Lista A. Tal facto está justificado. Logo de início, quando na introdução afirma entender que o programa deverá ser um documento que trace as grandes linhas gerais de acção. Se eleita, apresentará propostas concretas para que a classe se discuta em ampla participação. Aliás, ao proceder assim, de forma simples e sintética, foi para fugir de habituais demagogias.

A sua base programática assenta na força do sindicato dependente, fundamentalmente, da participação activa de todos, com vista a um trabalho de unidade. O sindicato deverá estar sob controlo permanente e efectivo dos trabalhadores, devidamente organizados na estrutura sindical.

A acção sindical terá de ser revolucionária através da sua capacidade de intervenção, enquadrada na luta dos trabalhadores em geral.

São pontos básicos a unidade, a independência, a democraticidade, a participação na organização popular de massas e a solidariedade com os outros sectores profissionais.

A unidade dos bancários será vital para o fortalecimento da sua organização sindical e, entende a Lista B, que o seu aparecimento constitui o primeiro passo para a consecução de unidade da classe. Principalmente, porque esta unidade resultará da mobilização dos trabalhadores, em luta pela resolução de problemas concretos e objectivos comuns, com total superação dos partidos políticos. A unidade fortaleceas no levar à prática por todos os trabalhadores das decisões tomadas maioritariamente.

O Sindicato é um organiza-

mo apertadíssimo mas não apolítico que exerce a sua actividade com total independência relativamente ao patronato, Estado, organizações políticas e instituições religiosas.

A existência da democracia interna no Sindicato deverá regular-se por uma ampla participação dos trabalhadores em todos os aspectos da vida sindical. A, estas condições, em qualquer momento, proceder à substituição dos seus representantes.

A lista B preconiza as formas de poder popular entendendo que o Sindicato deverá, através dos seus órgãos, fomentar uma participação activa, estabelecendo relações de aproximação com os Comités de Trabalhadores, Comités de Moradores, Assembleias Populares, etc.

A solidariedade com os outros sectores profissionais passa por uma forte consciencialização de classe, que permita a sua integração na luta dos trabalhadores pela sua emancipação.

Qualquer contratação colectiva dos bancários deve ser precedida pelos princípios da justiça social e de equilíbrio relativamente aos outros sectores profissionais. Os trabalhadores devem dizer não à reivindicação pela reivindicação. Isto não obstará que continue a lutar pela solução das suas justas reivindicações com vista à melhoria das suas condições de vida.

A todos se deverão dar igualdade de oportunidades. A trabalho igual, salário igual, sem discriminação de sexo ou idade.

A actual tabela salarial deverá dar lugar a quatro ou cinco grupos de remunerações, praticando-se o sistema de distinduidades para a antiguidade e devendo as promoções resultar de apreciação conjunta do antiguidade e competência profissional, esta reconhecida pelos camaradas de trabalho, método que será, em suma, o da qualificação de funções.

A lista B entende ser necessário revêr o C.C.T., que abranja então todos os que trabalham na mesma instituição. Deseja também o nivelamento das condições contractuais dos camaradas que trabalham nas Casas de Câmbio, Caixas de Crédito Agrícola e Caixas Económicas, equiparando-os progressiva-



mente as formas do C.C.T. dos bancários.

A reconversão da banca é, para a lista B, uma tarefa imediata que se liga directamente à transformação das estruturas económicas da sociedade portuguesa. Esta reconversão deverá subordinar-se aos interesses gerais do povo português, competindo aos trabalhadores bancários uma participação activa nesse processo, que procure acuar os seus interesses particulares sem colidir com os gerais.

O controlo da actividade bancária deve acompanhar o controlo da produção das outras classes trabalhadoras, tornando-se necessária, como tarefa revolucionária, a participação activa de todos, em cada local de trabalho, com o fim de adaptar a banca às actuais necessidades da economia nacional.

A lista B no que concerne à nomeação dos gestores dos bancos nacionalizados, entende ser esta da competência do Governo, cabendo aos trabalhadores a tarefa do controlo da sua acção.

O saneamento deverá ser feito de afastamento de todas as pessoas ligadas às organizações fascista e às

que, deliberadamente, tomem atitudes contra-revolucionárias. Contudo, senão, não deverá ser sinónimo de vingança pessoal, mas um acto que reflecta a justiça da vontade colectiva dos trabalhadores, sempre com a presença da hipótese de reclassificação.

Fundamental é a formação técnica dos militantes sindicais. Assim, a curto prazo, torna-se necessária a organização de cursos intensivos dirigidos, prioritariamente, aos delegados sindicais e Comissões.

DESCENTRALIZAÇÃO — PROVINCIA E ILHAS

A lista B pugna, no seu programa, por um sindicato que actue sempre na perspectiva de evitar a tendência centralizadora de Lisboa, no sentido de dar aos bancários da Província e Ilhas uma voz cada vez mais activa na resolução dos problemas que especificamente lhes dizem respeito. A descentralização preconizada terá de ser acompanhada por um reforço de contactos que devem existir entre a Direcção, Comissões de Delegados, Comissões Distritais de Delegados e destas entre si.

O programa da lista B termina com uma referência aos estatutos. Lembra, pois, que os actuais estatutos do sindicato foram aprovados sem que tivesse sido feita a necessária discussão. Isto — na sua opinião — motivou a existência de disposições estatutárias defendidas da realidade sindical. Assim, e embora tendo presente que a revisão dos estatutos terá de ser efectuada, obrigatoriamente, no prazo máximo de um ano torna-se conveniente iniciar imediatamente a sua discussão exaustiva.

27 AGO. 1975

Prosseguiu o debate sobre o «nivelamento» dos Bancários

Com o fim de criar um sistema uniforme entre todos os bancos nacionalizados, reuniu-se, pela terceira vez, a classe dos trabalhadores bancários, para ser discutida a proposta da Comissão de Nivelamento.

Esta comissão, composta por elementos do Sindicato dos Bancários, do Ministério do Trabalho e do Ministério das Finanças, apresentou, mais uma vez, à classe, as propostas de alterações a aplicar nos Contratos Colectivos de Trabalho.

Presidida por Alberto Andrade, a assembleia, que reuniu cerca de 150 bancários (em

flagrante contraste com os mil da primeira assembleia, e os 600 da segunda), aprovou na especialidade alguns pontos da proposta, nomeadamente o que se refere à «Remuneração Especial por Gestão», tendo sido fixados os vencimentos de: 28 000\$00 para director, 26 000\$00 para subdirector, 24 000\$00 para director-adjunto, 22 000\$00 para assistente de direcção, e 22 500\$00 para gerente de zona.

Devido ao longo debate sobre os problemas em análise, a assembleia ficou suspensa até sexta-feira, em horas e local a anunciar.

28 AGO. 1975

NÃO INGERÊNCIA AO SINDICATO

POR PARTE DE FORÇAS ESTRANHAS

— preconiza a Lista A dos bancários

Vão realizar-se, depois de amanhã, eleições do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. Das três listas apresentadas, penas duas (A e B) se habilitam à eleição dos corpos gerentes, uma vez que a terceira lista (a C) apenas concorre à Comissão de Representação de Tendências.

Disputada esta eleição em período estival, em que muitas pessoas se encontram ainda em férias, vários bancários aceleraram o seu regresso a fim de poderem votar.

Esta eleição apresenta a particularidade de, ao contrário do habitual, a lista B ser a lista patrocinada pela direcção do Sindicato.

Para melhor situar os pontos de convergência e de divergência que informam as duas listas, procurámos entrar em contacto com os elementos que ajudaram à sua elaboração.

Elisabete Castelo Branco, da Lista A, disse-nos que a sua posição e a dos seus camaradas é a de defenderem a participação de todos os trabalhadores na vida do Sindicato. Daí, acrescentou, a nossa sigla: «Por um Sindicato Democrático». A manifestação democrática dentro do Sindicato só é possível, desde que os trabalhadores possam exteriorizar as suas tendências. Isto é, organizadamente dentro do Sindicato.

Frisou, ainda, mais dois princípios perfilhados pelos signatários da Lista A: a não ingerência no Sindicato por parte de quaisquer forças que lhe sejam estranhas, como o Estado, os partidos políticos, etc.; e o controlo da Banca pelas comissões de trabalhadores, que são a expressão dos trabalhadores e nada têm com o Sindicato. Nós pretendemos, referiu ainda, apoiar estas comissões de trabalhadores.

Um outro elemento da Lista A, Bárbara de Oliveira, acentuou:

— Defendemos o controlo operário da banca. Em nosso entender, as comissões de tra-

balhadores bancários terão ligação constante com comissões de trabalhadores fabris, do campesinato, etc., para detectarem as necessidades reais do meio. Só assim a Banca pode canalizar investimentos e créditos para as classes trabalhadoras.

Um dos pontos mais vinculados pelos defensores desta lista é defender a independência do Sindicato perante o Estado, os partidos, os patrões, porque a lei sindical, que consideramos no nosso programa uma lei anti-sindical, diz Carlos Melo, tem uma série de artigos que estabelecem aos trabalhadores como se devem organizar, evitando que sejam os trabalhadores a determinarem o número dos seus delegados. E acrescenta: Por outro lado, esta lei impõe que só as comissões sindicais e intersindicais é que podem promover reuniões de trabalho, no nosso caso nos bancos, e proíbe que os Sindicatos se filiem em organizações estrangeiras.

Defendemos que os trabalhadores devem ter uma central sindical única. Mas consideramos que, presentemente, a Intersindical não pode ser considerada como a sindical central dos trabalhadores. Ela é, na prática, um organismo ao serviço do Estado.

Unidade e apartidarismo

— as normas da Lista B

Em conferência de Imprensa desta manhã, os representantes da Lista B refutam o partidarismo (linha P. C. P.) de que são acusados, referindo o processo democrático como os seus candidatos foram escolhidos, com o conhecimento e ratificação de mais de 70 por cento dos bancários, figurando — afirmam — elementos das mais variadas tendências políticas no elenco. Em contrapartida, referem que são os próprios mentores da Lista A a considerarem-se como adeptos do P. S. e do M. R. P. P.

Os oradores, Mafalda de

Sousa, Varandas e Ulisses Garrido, lamentaram que os seus adversários tivessem usado processos «menos democráticos» nesta campanha (que os «B» procuraram fosse mais de esclarecimento do que de propaganda eleitoral), indo a extremos de difamação, calúnia e até destruição: para este facto, apresentaram documentação testemunhal, que incluía o enquadramento de militantes da Lista A no apedrejamento da Intersindical, destruição ou adulteração, com frases injuriosas, de cartazes da Lista B, etc.

Em sua defesa, os promotores da conferência ainda citaram exemplos de comprometimento de elementos da Lista A com actos fraudulentos de certas organizações bancárias (caso do B. I. P. de Jorge de Brito), a ponto de terem de ser trabalhadores doutros bancos a processar a vigilância e detecção de tais manobras.

A Lista B, preconizando que a banca deve estar ao serviço do Povo e não dos próprios bancários prioritariamente, avança a necessidade de cobertura dos cerca de 30 por cento do País, que ainda não foram abrangidos. Isso, em lugar de alarmismos precipitados, resultantes da anunciada redução do número de bancos, viria aumentar a quantidade dos postos de trabalho. Em suma, a Lista B aponta a necessidade de «vigilância e controlo» como directriz fundamental da próxima direcção.

Encontro-debate esta noite

Hoje, às 21 e 30, efectuar-se-á, no Teatro da Trindade, em Lisboa, um encontro-debate público, coordenado pela Lista C, extensivo a todos os bancários, englobando, portanto, os candidatos e adeptos das três listas. A intenção básica reside no desejo de um esclarecimento mais orofundo das linhas de orientação que norteiam cada uma das listas.

28 A60. 1975

Lista B dos Bancários expõe plano de actuação

NA sede do Sindicato dos Bancários, a Lista B (de unidade da classe), candidata às eleições para novos corpos gerentes, realizou esta manhã uma conferência de imprensa, no fecho da sua campanha eleitoral. Como afirmou um elemento da mesa que presidiu à sessão, Mafalda Sousa, a razão da conferência de imprensa hoje realizada decorre do facto de se ter «verificado que ao longo das sessões da Lista A a discussão com a classe foi abafada sob a dominância de uma crítica cerrada à actual direcção, numa tentativa de à mesma nos associarem».

A conferência de imprensa, em que intervieram ainda Varedas Martins e Ulisses Garrido, prosseguiu com críticas cerradas à lista A, nomeadamente nos aspectos que respeitam à falta de democraticidade com que surgiu e foi elaborada, contrapondo-se assim, com toda a desvantagem, à democraticidade que assistiu a todo o processo de elaboração da lista B. A prova mais cabal desta realidade reside, como se explanou, na «constituição de uma lista integrando elementos das várias comissões de delegados e, na sua totalidade, militantes sindicais». O «apartidarismo» da lista B foi ainda salientado, contrapondo-se ao «partidarismo» da lista A que, segundo um dos elementos da mesa afirmou, congregava elementos afectos ao P. S. e M. R. P. P.

Entre vários esclarecimentos prestados quanto à actuação «arruaceira» dos componentes da lista A, os bancários presentes distribuíram pelos órgãos da Informação fotocópias das cenas de apedrejamento à Intersindical, em que tinham destacado um elemento candidato à direcção pela lista A.

A reconversão da banca

Uma das tónicas da conferência de imprensa recaiu precisamente sobre esta questão considerada como primordial para a

economia do País, a reconversão da banca, tendo os seus promotores salientado a necessidade defendida pela lista B de «um exercício de vigilância e controlo» sobre todas as instituições bancárias, não excluindo a futura necessidade de especialização técnica dos trabalhadores bancários para, além da «vigilância e controlo exercidos, participarem nas tarefas de reconversão do sector, compressão de número de bancos existentes, fusão de outros e promoção da ampla cobertura do País, também neste ponto afectado pela macrocefalia da capital». Tudo isto foi afirmado, salvaguardando o direito ao pleno emprego de todos os trabalhadores bancários. Neste campo, a lista B acusou a lista A de integrar elementos que são componentes da estrutura sindical dos bancos onde esta vigilância mais tem falhado. Foi citado «o caso da falência de 4 milhões de contos do B. I. P., que, após a saída do Jorge de Brito, foi e está a ser suportada pelo povo português». «É necessário e urgente colocar a banca ao serviço de uma nova economia, ao serviço dos trabalhadores portugueses», afirmou Ulisses Garrido, que acrescentou: «A vigilância das operações bancárias não poderá ser reconvertida para servir os bancários mas os interesses mais vastos de todas as camadas das populações trabalhadoras do País».

A redução do número de bancos analisada pelo ministro das Finanças

★ A Bolsa de Obrigações deverá abrir a 15 de Setembro

A integração de dez dos bancos existentes no nosso país noutros estabelecimentos similares e ainda a abertura da Bolsa de Obrigações, provavelmente no dia 15 de Setembro, foram anunciados pelo ministro das Finanças, eng.º José Frágoso, numa conferência de imprensa, ontem realizada no Palácio Foz.

O eng.º Frágoso, disse ainda que os trabalhadores bancários não seriam, em nada, afectados, por esta decisão do Conselho de Ministros de 20 de Agosto.

O ministro, que se encontrava acompanhado pelo secretário de Estado do Tesouro, dr. Mário Brandão, pelo governador do Banco de Portugal, dr. Costa Leal, bem como por dois lacaios da Bolsa, faria ainda no decorrer da conferência, uma análise extremamente lucida da situação político-financeira portuguesa.

O Conselho de Ministros, de 20 de Agosto, no sentido de se começar a tomar medidas que possam conduzir a uma eficaz planificação socialista da nossa economia, decidiu fazer a primeira redução de bancos no nosso País. De 22 estabelecimentos bancários, passamos para 12. Os bancos abrangidos pela integração, de dimensão limitada, são sobretudo aqueles que apresentam anomalias ou sintomas negativos de funcionamento. Foi, pois, decidida a integração dos seguintes bancos e outros mais: Manuel Mendes Godinho, Pancada e Morais, Banco Agrícola e Industrial Viseense, Banco de Angola, Banco do Algarve, Banco Fernandes Magalhães, Banco do Alentejo, Banco Intercontinental Português, Banco da Agricultura e Banco Pinto de Magalhães.

Na conferência de imprensa, foi frisando, que neste grupo agora integrado, existem certos bancos que têm uma estrutura diferenciada, como é o caso do Banco de Angola.

Esta medida interessa-se numa primeira fase com a qual se pretende um melhor rendimento do conjunto, conforme diz o próprio documento emanado do Conselho de Ministros. De facto, para as dimensões, físicas e económicas, que Portugal tem, há grandes distorções numa economia desproporcionada, podendo manter tal estrutura bancária.

Um problema se coloca neste momento, após esta decisão: o estudo da cobertura bancária do País, de forma a racionalizar a distribuição geográfica dos bancos, já que é por todos conhecida, a tendência de concentração dos serviços bancários nas grandes localidades. Deve-se contrapor à ideia da maximização dos lucros a optimização da rentabilidade social do sector. Pretende-se, por estes meios, por toda a estrutura, anteriormente ao serviço de determinação lógica capitalista, ao serviço efectivo de um público, que abranje todo o País.

Interessa, no entanto focar, que numa sociedade socialista, os bancos basicamente desempenham, segundo o seu respectivo ramo, funções de financiamento para as diversas actividades económicas fundamentais a vida dos povos.

Segundo o documento do Conselho de Ministros tal se poderá processar numa fase posterior. Essa segunda actuação, que terá importância decisiva para o launch da nova economia, considerará a eventual integração de mais alguns bancos de forma a passar a dispor-se de um número ideal de instituições compatível com o funcionamento

etico do sistema económico. Nessa altura haverá então a oportunidade e a necessidade, de lançamento de novos bancos especializados, particularmente nos sectores de comércio externo, agricultura e indústria alimentar, manufatura e construção civil, funcionando ao lado dos outros bancos polyvalentes.

Uma jornalista estrangeira levantaria uma questão importante, a que diz respeito às novas funções das duas bancárias estrangeiras, Dizia o eng.º Frágoso:

«A estrutura dos bancos estrangeiros não será afectada. Esses bancos têm condições para se inserir numa nova situação. Tem de se encarar com criatividade. Em dita, talvez, que poderiam apoiar as exportações portuguesas, tornarem-se também veículos de crédito para novas actividades económicas em Portugal, e assim deveriam sempre encasar a sua função com criatividade.»

Os presentes estavam também interessados em saber aquilo que de concreto há a esperar para breve. Depois destas respostas. Nesse sentido e já na perspectiva que citamos da especialização dos diversos bancos, foi perguntado ao ministro das Finanças qual a viabilidade da criação rápida de um banco de apoio financeiro às pequenas e médias empresas (P.M.E.).

«Não prevemos que seja possível, por agora, impular essa função a qualquer desses bancos. Neste momento, há que atribuir a um banco comercial a circulação de créditos das P.M.E., continuando, a médio prazo, os investimentos a ser feitos pelo banco especializado no assunto, o Banco de Fomento, afirmou ainda o eng.º Frágoso.

«Toda esta reestruturação bancária, que como foi salientado, pode constituir primeiro passo para o esboço de uma planificação socialista da nossa economia, terá grandes alterações na distribuição de quadros técnicos bancários pelo País. Isto é uma necessidade se se quer por este sector ao serviço de quem sempre devia ter estado. Uma pergunta que se impunha: Um de alguma forma a reestruturação afectar os bancários?

«A segurança dos bancários, os problemas de emprego estão perfeitamente salvaguardados. Os estabelecimentos, embora em número excessivo têm sempre falta de pessoal. Mesmo no caso de existirem bancários a mais há sempre a necessidade dos seus serviços em actividades ligadas à sua profissão: estou-me a lembrar do seu papel no Crédito Agrícola, etc., dir-nos-ia o ministro das Finanças.

A abertura da Bolsa

A outra medida fundamental, anunciada pelo Conselho de Ministros de 20 de Agosto, e ontem mais explicitada pelo eng.º José Frágoso, foi a abertura da Bolsa, cuja data está prevista para 15 de Setembro. Como já salientámos, só funcionará a actividade ligada ao aspecto das obrigações. Por que surgiu esta decisão?

Segundo o documento do Conselho de Ministros, deve-se à necessidade de apresentar alternativas para aplicação das poupanças dos particulares, de modo a financiar investimentos cuja realização contribua para a criação de empregos, superar as dificuldades económicas actuais melhorando a qualidade de vida do povo português. Estes objectivos viriam assim a justificar o funcionamento regular de um mercado oficial onde se compreem e vendam obrigações. O mesmo documento refere ainda que a abertura deste mercado de obrigações é essencial para que possam ser lançadas com êxito emissões deste tipo de títulos, por parte do Estado e de empresas cujos investimentos sejam de reconhecido interesse para o desenvolvimento da economia nacional.

Como é do conhecimento geral, a maioria das acções de alta cotação na antiga (e especulativa) Bolsa, eram de empresas, hoje nacionalizadas. Nesse sentido, foi decidido abrir ao para o mercado de obrigações, que na fase inicial terá de criar todas as condições para não prejudicar os pequenos acionistas.

O ministro das Finanças passou em seguida a analisar o problema do empréstimo público de cinco milhões de contos, decidido para fazer face às enormes dificuldades com que se defrontam aqueles portugueses. Disse, sobre esta matéria, o eng.º Frágoso:

«O empréstimo de cinco milhões de contos foi decidido depois do Conselho de Ministros ter feito a avaliação dos encargos. Convmem dizer que só a deslocação das pessoas que vêm de Angola (frete aéreo), custa mais de dois milhões de contos. Por outro, o frete aéreo, acrescido do montante destinado à primeira assistência aos recém-chegados (incluindo subsídio de desemprego), ascende a mais de quatro milhões de contos. Portanto, foi em face destes cálculos que o Governo resolveu lançar este empréstimo público.»

Um aspecto levantado durante a conferência de imprensa consistiu no facto de no princípio deste ano já se ter realizado um empréstimo público do mesmo género, os chamados Títulos do Tesouro. Esclareceu o ministro:

«Como há o risco de se criarem expectativas a respeito do destino a dar a esses dinheiros, logo que se definam as condições do empréstimo, então se definirá a aplicação. Por outro lado, antes do lançamento deste empréstimo, serão prestados todos os esclarecimentos acerca da aplicação que os Títulos do Tesouro tiveram.»

O problema financeiro

Passou então o ministro a fazer uma análise do actual panorama financeiro português, integrando-o quase sempre na nossa evolução política e na opção socialista que trazimos.

Essa abordagem da situação respondeu a uma série de perguntas que correntemente são feitas: o estado das divisas, boquetes internacionais, o ouro, enquadrando todos estes assuntos, na opção socialista portuguesa.

Quanto ao problema conhecido do decréscimo das divisas, foi afirmao:

«O decréscimo deve-se ao défice na balança de pagamentos, que tem como origem o défice na balança comercial (importações-exportações).

É sempre bom ressaltar que a crise na nossa balança comercial começou em Dezembro de 1973. Nessa data, a economia portuguesa começou a actuar grande baixa nas relações externas. Simplesmente nessa altura a lógica capitalista imperava. O nosso país tinha uma grande facilidade de crédito. Isso agora não sucede. Temos dificuldades nos créditos a curto prazo. Como, por outro lado, temos respeitado todos os compromissos e acordos internacionais (200 milhões de dólares em divisas pagas directamente ao estrangeiro), isso reflecte-se no de-

fecto de tesouraria: pagamos com as divisas, cujas reservas actuais andam pelos 20 milhões de contos.»

E continuou o eng.º Frágoso:

«Como se sabe, nos importamos milhões de contos de produtos de primeira necessidade. Anteriormente com uma balança de pagamentos relativamente estável (até 1973), devido às remessas dos emigrantes e ao turismo, e com as facilidades de crédito, permitiam-se comprar produtos de luxo, superfluos. Agora, que vivemos todas as consequências das distorções daquela economia, temos de valorizar produtos nacionais para diminuir as importações.»

Ainda não tocámos em nenhum grama de ouro

Referindo-se às medidas concretas já tomadas para a contenção de certas importações superfluas, o ministro salientou a sobretaxa 20-30 por cento sobre artigos de luxo.

Interrogado sobre um cerco financeiro que algumas entidades internacionais nos estariam movendo, disse:

«É preciso compreender a lógica capitalista: há empresas estrangeiras que temem que as empresas portuguesas, para as quais exportam, não cumpram os pagamentos e por isso cancelam os encomendos. Pode considerar-se uma reacção natural dessa lógica capitalista, com a qual temos uma multiplicidade de relações. Esse mundo, ao sentir a nossa opção socialista, sente assalada a sua lógica. Vários pretextos podem existir para se anulararem encomendas ou reservas turísticas...»

«Será um boicote organizado? Foi perguntado.

«Há lentes de aumento quando se trata de analisar o que se passa em Portugal. Eu desigo as reacções que pode ter uma empresa estrangeira para com Portugal, de qualquer centro nervoso que mandare essas pontas contra Portugal. Eu ao gosto de utilizar a palavra boicote para qualquer caso bem claro e visível, afirmou o titular da pasta das Finanças.

Outro problema colocado ao ministro foi o das reservas de ouro, que segundo alguns poderiam começar a ser afectadas em breve:

«Ainda não tocamos em nenhum grama de ouro. No entanto, convém notar que o Ministério não possui o ouro do ouro. Se nos compromissos que com o ouro de que dispomos, podemos obter equipamentos, postos de trabalho, e mais coisas, não teríamos qualquer problema em nos desfazermos dele, foi dito na conferência.

O governador do Banco de Portugal, dr. Costa Leal afirmou em seguida:

«A nossa situação financeira depende sempre das reservas dos emigrantes e do turismo. Qualquer quebra nestas fontes, durante o período, produzirá sempre aumentos nos produtos de consumo.»

Há que reflectir os consumos

Foi perguntado ao dr. Costa Leal qual seria o prazo limite para as listas de divisas. A resposta do governador do Banco de Portugal:

«É necessário adiantar qualquer prazo. Três meses, seis meses, um ano. Tudo isso está dependente de reuniões que efectuaremos, na próxima semana, em Nova Iorque, com representantes do Fundo Monetário Internacional (F.M.I.), onde o País tem opções de crédito abertas.»

E acrescentando quanto ao problema da desvalorização do escudo:

«Não consideramos qualquer hipótese de desvalorização no momento actual. Ponderamos longamente os pros e os contras e achámos que essa medida não deve ser tomada. Para mais uma política de desvalorização só deve ser feita quando as importações são muito reduzidas e haja condições para aumentar as exportações. Antes da desvalorização ainda há diversas hipóteses, como a utilização de cambios flutuantes, variáveis, etc.»

As dificuldades com as operações cambiais no estrangeiro foram também abordadas pelo ministro das Finanças:

«Constatámos que bancos estrangeiros, especialmente o do Norte de Espanha, nos pediram para trocar nossas divisas mas de notas-escudos ainda com a cotação inicial. Trata-se, portanto, de saída ilicita de capitais. Estes lá ascendem e chegam de um milhão e secentos mil contos. Em Agosto, com algumas medidas tomadas, houve uma quebra nessa saída. Também se preferiu não alterar a cotação do escudo, embora se note a existência de mercado negro para divisas.»

Finalmente, as soluções apontadas para a resolução dos nossos problemas:

«Há que definir objectivos. Há que tirar as forças progressistas empilhadas na construção do socialismo. Quando dizemos que é importante ir numa direcção, é no sentido de definir prioridades, e depois não nos pormos a fazer perguntas ou a discutir, com os objectivos já definidos. A clarificação da actuação política é perfeitamente necessária. Por outro lado, há que reflectir nos consumos que fazemos e voltarmos-nos para a compra de produtos nacionais. Os problemas económicos não se podem resolver por via financeira. As finanças não são o coelhinho que aguenta tudo isso...»

28 AGO 1976

Bancários do B. P. M. rejeitam fusão imposta com Espírito Santo

A CERCA das medidas tomadas recentemente pelo V Governo Provisório e que visam reduzir o número de bancos existentes, a comissão de trabalhadores da Filial de Lisboa do Banco Pinto de Magalhães avisa um comunicado em que dá conta de um plenário realizado hoje e em que os trabalhadores daquela instituição bancária tomam posição sobre a integração do B. P. M. no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa.

A primeira moção onesta de uma proposta de telegrama a enviar ao secretário de Estado do

Tesouro e na qual se diz: «Os trabalhadores do B. P. M., reunidos em plenário, no dia 27-8-76, às 12 horas, considerando: 1—

A condenável marginalização a que os trabalhadores foram votados, relativamente à reestruturação de bancos em geral, nomeadamente a decisão de fundir este banco com o B. E. S. C. L., contrária a uma prática verdadeiramente de acordo com a construção da sociedade socialista. 2— A ausência de critérios claros, que esteve na base da decisão tomada. 3— A criação de uma situação inevitavelmente geradora de conflitos, quando se pretende uma política de unidade indispensável à luta, que neste momento os trabalhadores desenvolvem contra todos aqueles que pretendem travar o desenvolvimento do processo em curso.

«Decidem: 1— Exigir a suspensão da decisão tomada sobre a fusão de diversas empresas, até que os trabalhadores tomem posição em assembleia geral. 2— Exigir a suspensão da decisão tomada sobre a fusão B. P. M./B. E. S. C. L. até ser encontrada uma solução que, sem deixar de ter em conta os interesses de uma economia ao serviço de todos

os trabalhadores portugueses, não deixe de ser encontrada, com a participação dos trabalhadores desta empresa. 3— Dar a este texto a divulgação que considerem necessária. 4— Assumir quaisquer outras posições que se revelem necessárias para fazer virar o princípio de que o socialismo, em todos os momentos e em todas as tarefas, terá de ser construído através da participação activa dos trabalhadores.»

A reacção dos trabalhadores da filial de Lisboa do B. P. M. expressa-se ainda com uma outra moção cujo texto é o seguinte:

«Considerando extraordinariamente lesivo dos interesses dos trabalhadores o facto de só hoje os membros das comissões administrativas terem tido conhecimento das fusões programadas, os trabalhadores do B. P. M. (filial), reunidos em plenário, decidem: 1— Dar um voto de desconfiança aos responsáveis pela reestruturação da banca. 2— Dar ampla divulgação a esta proposta.»

Os bancários vão às urnas

Não obstante se tratar de um dia pouco aconselhável para a realização de um acto de extrema importância para a classe (sábado e fim do mês mais preferido para férias), os bancários não deixarão, depois de amanhã, de acorrer em massa às urnas a fim de eleger a sua futura direcção sindical.

São duas as listas concorrentes: a «A», cuja sigla é: «Por um Sindicato Democrático» e reúne, na sua composição, elementos de diversas tendências partidárias com exclusão apenas do M. D. P./C. D. E., F. S. P., e P. C. P.; e a «B» que não é mais do que a representante da actual direcção, bem identificada com os referidos grupos políticos.

Aliás, é curioso notar que a lista «A» foi entregue no último dia estipulado pela lei, entre as 16 e as 17 horas, sendo considerada, mesmo assim, a primeira, o que talvez se preste a certa confusão, já que, normalmente, as direcções afectas ao P. C. P. ou C. D. E. aparecem como candidatas «A» nas eleições sindicais. Ora esta circunstância acabou por ser encarada pela grande maioria dos bancários como manobra da direcção, tendente a estabelecer dúvidas que poderia vir a benefi-

ciar os seus «patrocinados», a lista «B», a que chamam de «Unidade da Classe», embora se limite aos militantes de dois Partidos que não obtiveram no conjunto mais do que 16% dos votos nas eleições de Abril.

Assim, é de prever — as sondagens já efectuadas são disso seguro indicativo — uma vitória da lista «A», cujo núcleo de simpatizantes apresentou (com êxito clamoroso nas assembleias para o efeito realizadas) o projecto dos Estatutos que introduz a Comissão de Representação de Tendências, órgão ligado à necessidade da prática de democracia interna dentro do Sindicato.

Note-se que nestas eleições aparece, ainda, uma lista «C», candidatando-se apenas à Comissão de Representação de Tendências.

No seu programa de acção, a lista «A» propõe o mais completo controlo sobre o aparelho economico e financeiro do País por parte das classes trabalhadoras, com incidência na «mais urgente reconversão de todo o sistema bancário nacional.» Luta, portanto, contra a manutenção das estruturas actuais e, sobretudo, contra a criação do chamado Capitalismo de Estado,

para o qual se inclina a lista «B», pela sua ligação **pécipista**.

A assembleia eleitoral funcionará, depois de amanhã, ininterruptamente das 8 às 24 horas, estando as Mesas de Votos instaladas no Pavilhão dos Desportos de Lisboa e em todas as delegações distritais espalhadas pela área abrangida pelo Sindicato.

Julga-se, pois, que será grande (a maior de sempre?) a afluência às urnas, o que não será difícil se levarmos em conta a desusada presença de associados do Sindicato nas recentes assembleias em que foram discutidos (e de que forma...) os projectos de estatutos daquele organismo.

Teremos, assim, de um lado (pela lista «A»), os simpatizantes dos partidos Socialista, Popular Democrático, M. R. P. P., U. D. P., P. P. M., etc. e, do outro, os do P. C. P., M. D. P./C. D. E. e F. S. P. a optarem pela lista «B», onde figura, aliás, conhecido elemento afecto a Cunhal e Tengarrinha, o sindicalista Daniel Cabrita que desde a sua saída de Caxias, após o 25 de Abril se dedicou, praticamente, a apoiar os ministros do Trabalho (Avelino Gonçalves, seu corregionário político e o militar Costa Martins).

REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO

CONTINUAÇÃO DA 2ª PAGINA

de em uma mesma instituição. São, Banco Votorantim, Banco do Agrário, Banco Península Itaipava, Banco Itaú, Banco Itaú e Banco de Santa Cruz. O Banco de Santa Cruz, por sua vez, é controlado pelo Banco de Santa Cruz, que também é controlado pelo Banco de Santa Cruz.

Porquê agora menos devedor

«Foi em 1961, e eu acho que não há dúvida de que isso não aconteceu porque não estava em condições de fazer isso. Mas, depois de 1961, eu não sei se isso aconteceu ou não. Mas, eu acho que isso aconteceu porque eu não estava em condições de fazer isso. Mas, eu acho que isso aconteceu porque eu não estava em condições de fazer isso.»

Vício do estrangeirismo deve ser combatido

«Eu acho que isso aconteceu porque eu não estava em condições de fazer isso. Mas, eu acho que isso aconteceu porque eu não estava em condições de fazer isso.»

«Eu acho que isso aconteceu porque eu não estava em condições de fazer isso. Mas, eu acho que isso aconteceu porque eu não estava em condições de fazer isso.»

MINISTRO DAS FINANÇAS REVELA REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO

LANÇAR NOVOS BANCOS ESPECIALIZADOS —HIPÓTESE QUE VAI SER CONSIDERADA

Seis organizações absorverão dez outras

O ministro das Finanças, Paulo de Góes, revelou hoje, em uma entrevista dada à imprensa, que o plano de reestruturação do sistema bancário brasileiro prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes. O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

Movido socialista por fees

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

Movido socialista por fees

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

Movido socialista por fees

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

Movido socialista por fees

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

TRABALHADORES

do B. P. M. discutem

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

Movido socialista por fees

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

Execução do programa de ações

para a reestruturação bancária do País

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

Reestruturação do B.M.

em 15 de Setembro

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

«O plano prevê a criação de seis novos bancos especializados, além de outros que serão absorvidos por outros bancos existentes.»

28 AGO. 1975

Bancários do Sul

BALANÇO DA LISTA "B"

Ao encerrar a sua campanha eleitoral, a Lista B do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas fez, esta manhã, para a Imprensa, um balanço do período de esclarecimento em torno do seu programa «de unidade» como o caracterizam.

Coube a Mafalda Sousa, suplente da direcção candidata, analisar o modo como a campanha decorreu, concluindo não se ter conseguido o amplo esclarecimento que se pretendia. Para os membros da «Lista da Unidade» os seus opositores da Lista A tiveram «um comportamento profundamente antidemocrático, guiado pelos princípios da calúnia, da mentira e da destruição. Os sindicalistas viriam assim a desmentir as acusações que lhe foram feitas pela Lista A de que seriam uma lista identifica-

da com a anterior direcção e com o sector ideológico encaabeçado pelo Partido Comunista Português. Como o afirmaram, o próprio processo de elaboração da lista que compõem, com base na estrutura dos delegados e nas consultas destes junto dos seus locais de trabalho, constituirá prova em contrário. Sublinharam, de resto, o grau de participação de militantes sindicalistas na lista B. Comentando as acusações, esta lista afirma ainda que «a incongruência vai ao ponto de a Lista A se autotransformar como afecta a dois partidos políticos: M. R. P. P. e P. S.».

Continuando a sua demarcação face à candidatura opositora — há uma terceira lista, a Lista C, que apenas concorre à Comissão de Tendências — a Lista B acusou os seus adversários de terem participado no apedrejamento da Intersindical, sublinhando que «a pedra é o argumento dos que não têm argumentos».

Os autores da conferência de Imprensa lamentaram «a criação de condições que correspondem à intenção de atemorizar e alienar os trabalhadores bancários» e consideraram «significativa a proliferação de cartazes e autocolantes da Lista B, rasgados ou arancados em alguns locais de trabalho, enquanto outros se apresentam com inscrições ofensivas e indecorosas». Outra crítica vinda a lume refere-se ao facto — segundo diz a Lista B — de que as deficiências no controle às actividades bancárias pelos trabalhadores se terão registado nos bancos ou dependências onde se encontrarão elementos da Lista A

29 ABO. 1975

BANCÁRIOS: ELEIÇÕES AMANHÃ

A finalizar a campanha eleitoral para os corpos gerentes do Sindicato dos Bancários, realizou-se ontem no Teatro da Trindade, que se encontrava repleto, uma sessão de esclarecimento conjunta das listas A e B para os corpos gerentes e da lista C, candidata à Comissão de Representação Inicial. A Assembleia Eleitoral efectua-se amanhã no Pavilhão dos Desportos, das 8 às 24 horas.

Após uma exposição inicial feita por cada uma das listas, a fim de apresentarem as linhas gerais dos respectivos programas, procedeu-se à apresentação de múltiplas

perguntas acerca da política sindical de cada uma.

Assim, a lista B definiu com traços gerais do seu programa a independência sindical face ao Estado, à Igreja e aos partidos políticos; a unidade; ampla participação; organização como factor decisivo; democraticidade; solidariedade; ligação às assembleias populares de massas; dinamização dumata tomada de consciência de classe.

Aliás esta lista define-se como uma «lista de unidade da classe».

Por sua vez, a lista A, a cujo programa nos referimos noutra local, depois de jurar que estavam ali presente não para responderem a provocações mas a fim de debaterem o seu programa, referiu-se à reconversão do Banco como um dos problemas mais polémicos.

Por fim a lista C definiu como princípios essenciais do seu programa: o sindicalismo unitário e independente face ao patronato, ao Estado e aos partidos; a democracia interna das organizações sindicais (o que inclui a possibilidade de expressão das diversas tendências nos sindicatos e a realização de amplas assembleias); a defesa da unidade da classe trabalhadora traduzida num órgão forte e unitário.

INTERSINDICAL: DOIS CONTRA UM A FAVOR

Uma das questões que levantou mais polémica foi a relacionada com a Intersindical, já que as diferentes listas têm uma política e relações

muito diversas com aquela central sindical.

Assim, ao responder a uma pergunta acerca do facto dos estatutos da Intersindical terem sido somente discutidos e aprovados pelos sindicatos sem que os trabalhadores o tenham feito provavelmente, a lista A afirmou que se isso aconteceu é porque a central sindical existente é estranha aos trabalhadores. Por outro lado, a lista B disse que tal não tinha sido feito porque o prazo para aprovação dos estatutos tinha sido muito curto.

Devido ao facto dos estatutos não terem sido discutidos e, portanto, não ter sido assegurada a democracia interna, afirmou a lista C poderem ser postos em causa, se os trabalhadores não estiverem de acordo com os estatutos aprovados.

De salientar que todas as listas defendem uma central sindical única. No entanto, enquanto que a lista A e C defendem uma intersindical dos trabalhadores, a lista B defende a actual Intersindical.

Bancários e escritórios: amanhã há eleições

Têm lugar amanhã as eleições para os corpos gerentes de dois importantes sindicatos, embora a data de 30 de Agosto não seja de modo algum adequada para a gravidade das opções postas aos trabalhadores. No SINDICATO DOS BANCÁRIOS do Sul e Ilhas concorrem uma lista A "POR UM SINDICATO DEMOCRÁTICO" e uma lista B "DE UNIDADE - DA CLASSE", apresentando-se ainda uma terceira lista, a C, à participação na Comissão de Representação de Tendências prevista nos estatutos recentemente aprovados. As eleições decorrem entre as 8 e as 24 horas no Pavilhão dos Desportos em Lisboa e em todas as delegações distritais. No SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS ESCRITÓRIOS do distrito de Lisboa disputam o sufrágio igualmente duas listas: a lista A que se designa por "NA LUTA PELO SOCIALISMO, UNIDADE DOS TRABALHADORES" e a lista B "POR UM SINDICATO DEMOCRÁTICO — PELA LUTA, PELA UNIDADE, PELA VITÓRIA". A votação far-se-á durante as mesmas horas na Sociedade Nacional de Belas Artes em Lisboa.

Em ambos os casos a polarização da vida política nacional, no seio das forças de esquerda, em torno de duas grandes opções distintas veio determinar que prevaleçam sobre linhas ou programas fundamentalmente virados para questões sindicais ou de trabalho, decisões de âmbito político mais global. Cada vez mais, na situação actual, os sindicatos vêm reivindicando para si uma intervenção política que ultrapassa os limites da acção rei-

vindicativa e de conciliação em que se continuam.

Sucedem-se as convocatórias para manifestações ao lado de, ou contra, forças partidárias, repetem-se as posições de adesão à defesa dos vários governos provisórios, abrindo directamente o campo à colocação de alternativas políticas nos momentos de eleições.

Com a recente evolução da situação, as candidatas têm tendência para demarcar as forças que se incluem na Frente Unitária das que lhe são exteriores, podendo estas últimas, ainda que apresentem programas mais declaradamente anti-capitalistas, vir a receber o apoio de zonas políticas de direita. Concretamente, a aliança entre o PCP e pequenos partidos associados às teses do "poder popular" aparecem contrapostas alianças entre militantes sindicalistas do PS, do MRPP e por vezes de formações trotsquistas ou marxistas-leninistas. A extrapolação do alcance político mais amplo dos resultados destas eleições não pode, porém, deixar de ter em conta que elas se realizam em Lisboa e se dirigem a um estrato social que é o da pequena-burguesia.

Além das implicações partidárias referidas, as eleições polarizam-se em torno da reivindicação da democraticidade interna nos sindicatos, após a prática de desvios cupulistas de anteriores direcções que a necessidade de consolidar os débeis aparelhos saídos do fascismo em parte determinaram. Os processos recentes das aprovações de estatutos em ambos os sindicatos referidos causaram o afastamento dos projectos ligados às direcções em

exercício; posteriormente, a realização do Congresso dos Sindicatos num período prévio à actual vaga de eleições trouxe novas manifestações de descontentamento. O clima de divisão entre trabalhadores, que por vezes se manifesta por forma violenta, poderá ainda desta vez não ser resolvido por forma eleitoral. De qualquer modo, a crítica do "eleitoralismo", as acusações de um pretensão assalto aos sindicatos por forças que até há pouco (pelo menos até ao 25 de Abril) participavam em conjunto na vida sindical mas com uma presença minoritária nos níveis directivos, viria significar a rejeição dos mínimos princípios democráticos. Por outro lado, é a própria unidade do movimento sindical que está em jogo após a confirmação por via legal de uma via unitária. Essa unidade tem de estar para lá da hegemonia de qualquer partido, não podendo os processos usados na defesa dessa hegemonia vir a provocar a divisão ou a inoperância da central sindical única que as várias tendências com expressão entre os trabalhadores igualmente defendem.

Dois outros pontos são decisivos nas opções que amanhã se farão: a forma como os trabalhadores têm participado nos processos de reconversão e reestruturação das empresas, especialmente na banca e sectores nacionalizados, e a posição relativa à independência da organização sindical face ao Estado. Através do debate e do esclarecimento sobre estes pontos que tenha sido feito no decorrer das campanhas eleitorais, ter-se-ão formulado alguns dos problemas de base das alternativas socialistas que hoje se poderão abrir aos trabalhadores.

29 AGO. 1975

Plano de actuação da lista B dos bancários

A lista B (de unidade de classe), candidata às eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Bancários, para fecho da sua campanha eleitoral, realizou, na sede do seu sindicato, uma conferência de Imprensa, presidindo à mesa, Mafalda Sousa, que, ao abrir a reunião se referiu ao facto de se ter «verificado que, ao longo das sessões da lista A, a discussão com a classe foi abafada sob a dominância de uma crítica cerrada à actual direcção, numa tentativa de a mesma nos associarem».

Intervieram, ainda, Varedas Martins e Ulisses Garrido, ambos com críticas cerradas à lista A, nomeadamente, nos aspectos que respeitam à falta de democraticidade com que surgiu e foi elaborada, contrapondo-se, assim, com toda a desvantagem, à democraticidade que assistiu a todo o processo de elaboração, da lista B. A prova mais cabal desta realidade reside, como se explanou, na «constituição de uma lista integrando elementos das várias comissões de delegados e, na sua totalidade, militantes sindicais». O «apartidarismo» da lista B foi ainda salientado, contrapondo-se ao «partidarismo» da lista A que, segundo um dos elementos da mesa afirmou, congregava elementos afectos ao PS e MRPP.

Entre os esclarecimentos prestados quanto à actuação «arrua-ceira» dos componentes da lista A, os bancários presentes distribuíram, pelos órgãos da Informação, fotocópias das cenas de apedrejamento à Intersindical, em que tinham destacado um elemento candidato à direcção pela lista A.

É urgente colocar a banca ao serviço de uma nova economia

A reconversão da banca, considerada como primordial para a economia do País, foi uma das tónicas da conferência, tendo os seus promotores salientado a necessidade defendida pela lista B de «um exercício de vigilância e controlo» sobre todas as instituições bancárias, não excluindo a futura necessidade de especialização técnica dos trabalhadores bancários para, além da «vigilância e controlo exercidos, participarem nas tarefas de reconversão do sector, compressão de número de bancos existentes, fusão de outros e promoção da ampla cobertura

do País, também neste ponto afectado pela macrocefalia da capital». Tudo isto foi afirmado, salvaguardando o direito ao pleno emprego de todos os trabalhadores bancários. Neste campo, a lista B acusou a lista A de integrar elementos que são componentes da estrutura sindical dos bancos onde esta vigilância mais tem falhado. Foi citado «o caso da falência de 4 milhões de contos do BIP, que, foi e está a ser suportada pelo povo português». «É necessário e urgente colocar a banca ao serviço de uma nova economia, ao serviço dos trabalhadores portugueses» — afirmou Ulisses Garrido, que acrescentou: «A vigilância das operações bancárias não poderá ser reconvertida para servir os bancários mas os interesses mais vastos de todas as camadas das populações trabalhadoras do País.»

À noite, a lista B, realizou, no Teatro da Trindade, um encontro com os seus camaradas de trabalho, aos quais expôs, mais uma vez, a sua posição.

2 g A60. 1975

A lista C dos Bancários do Sul é pela defesa intransigente da independência do Sindicato

É já nos próximos dias que se realizam as eleições para os corpos gerentes e para a Comissão de Representação de Tendências do Sindicato dos Bancários de Lisboa.

— A lista «C» candidata-se apenas à Comissão de Tendências dos Bancários do Sul e Ilhas, na medida em que o momento político criou situações graves de divisão entre os trabalhadores e eliminou o sentido crítico dos mesmos—afirmou aos jornalistas o porta-voz da referida lista, durante uma conferência de Imprensa.

convocada para dar a conhecer as linhas de orientação dos elementos que a compõem e os objectivos que pretende atingir.

Ao assumirem esta posição, os componentes da lista «C» puseram de lado a única alternativa que lhes restava: a de aderirem a uma das listas concorrentes — «A» e «B», que são claramente partidárias.

Segundo refere o programa apresentado pela lista «C», os princípios dos candidatos são:

A defesa intransigente da independência do sindicato

face ao patronato, ao estado e aos partidos políticos;

A luta pela realização das condições indispensáveis a conquista da democracia interna nas organizações sindicais, o que passa pela constituição para os corpos gerentes de listas sem predominância partidária e pela atribuição dos mais largos poderes às assembleias gerais e de empresa;

— A defesa da unidade das classes trabalhadoras traduzida numa organização sindical forte e unitária;

— A defesa dos interesses dos trabalhadores que ao sindicato cabe directamente representar sem deixar de os enquadrar na defesa dos interesses dos trabalhadores em geral.

Tais princípios, conjugados com uma prática sindical marcada e a mente anticapitalista, constituem a definição do sindicalismo de classe, único que permitirá a ampla participação das massas trabalhadoras na defesa dos seus interesses e na luta pela sua emancipação.

B. Pinto de Magalhães LISBOA

29 AGO. 1975

TRABALHADORES BANCÁRIOS CONTRA A RECONVERSÃO DA BANCA

Durante o comício foram apresentadas várias moções e prestadas algumas informações.

Assim, acerca da reestruturação da Banca em geral e, nomeadamente, da fusão do Banco Pinto e Magalhães com o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, os trabalhadores daquele Banco aprovaram uma moção, em que decidem «exigir a suspensão da decisão tomada sobre a fusão de diversas empresas, até que os trabalhadores tomem posição em assembleia geral».

Numa outra moção também dos trabalhadores do B.P.M., é decidido «dar um voto de desconfiança aos responsáveis pela reestruturação da Banca».

Foram ainda lidas mais algumas moções de outros sindicatos, de apoio à lista A concorrente ao Sindicato dos Bancários.

Foi dada, por último, uma informação acerca duma notícia apresentada no 'Telejornal das 21 horas, pelo ministro das Finanças, sobre a fusão de vários Bancos, ficando a funcionar apenas seis.

Contra a fusão dos bancos

Os trabalhadores do Banco Pinto de Magalhães, ontem reunidos em plenário, decidiram "exigir a suspensão da decisão tomada sobre a fusão de diversas empresas do ramo, até que os trabalhadores tomem posição em assembleia geral".

Sobre a absorção do Banco Pinto de Magalhães pelo Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, os referidos trabalhadores exigem igualmente a suspensão deste projecto "até ser encontrada uma solução que, sem deixar de ter em conta os interesses de uma economia ao serviço de todos os trabalhadores portugueses, não deixe de ser encontrada, com a participação dos trabalhadores desta empresa". Foi também aprovado um voto de desconfiança aos responsáveis pela reestruturação da banca, em virtude de "só ontem

os membros das comissões administrativas terem tido conhecimento das fusões programadas", o que foi considerado "extraordinariamente lesivo dos interesses dos trabalhadores".

As exigências dos trabalhadores do Banco Pinto de Magalhães são fundamentadas na "condenável marginalização a que os trabalhadores foram votados relativamente à reestruturação da banca em geral, nomeadamente à decisão de fundir o BPM com o BESCL, contrária a uma prática verdadeiramente de acordo com a sociedade socialista". Para além disso, na base da decisão tomada, teria havido uma "ausência de critérios claros", e que se criará uma situação "inevitavelmente geradora de conflitos".

SÉCULO

3 0 AGO. 1975 Lisboa

Hoje, das 8 às 24

Os bancários vão votar

Os bancários elegem hoje, das 8 às 24 horas, os dirigentes do sindicato. As urnas estão colocadas no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, concorrendo às eleições três listas: A, B e C.

A lista A apresenta a sigla «Por um sindicalismo democrático», enquanto que a lista B se define pela independência sindical face ao Estado, à Igreja e aos partidos políticos; a unidade; ampla participação; organização como factor decisivo; democraticidade; solidariedade; ligação às assembleias populares de massas; dinamização dumã tomada de consciência de classe.

A lista C, que apenas concorre à comissão de representação de tendências, define os princípios gerais do seu programa do seguinte modo: o sindicalismo unitário e independente face ao patronato, ao Estado e aos partidos; a democracia interna das organizações sindicais (o que inclui a possibilidade de expressão das diversas tendências nos sindicatos e a realização de amplas assembleias); a defesa da unidade da classe trabalhadora traduzida num órgão forte e unitário.

30 AGO. 1975

Sindicato dos Bancários do Sul: debate entre as listas no «forcing» final

HOJE depois de sérios confrontos entre "linhas" distintas, os sócios do Sindicato dos Empregados Bancários do Sul, escolherão os seus novos corpos directivos.

A campanha eleitoral, que se desenrolou sempre em ambiente tenso, terminou com um debate entre as listas, realizado anteontem, quarta-feira, no teatro Trindade.

O debate, rodeado de natural expectativa, teve como moderadores representantes da lista C que, embora não se candidate aos corpos gerentes concorrerá à Comissão de Representação de Tendências, aproveitando a oportunidade para expôr publicamente a sua orientação ideológica.

No Teatro Trindade repleto de propaganda da Lista B, uma assistência agitada interrompia frequentemente os oradores. Embora, como foi frisado no debate, seja a prática quotidiana o que mais correctamente pode definir as posições dos componentes das listas, ficaram ali bem distintas três correntes ideológicas. Entretanto, focaram-se temas relevantes como o controlo da Banca, a central sindical única (Intersindical) ou o processo político em curso.

Enquanto a lista C se distinguiu por uma posição "moderada", oscilando entre as outras duas correntes presentes, estas demonstravam bem as posições

antagónicas que mantinham entre si. A Intersindical, por exemplo, é um ponto fundamental que as separa. Enquanto que a lista B (pela unidade da classe), defende a Intersindical e a sua actual direcção como uma das maiores conquistas dos trabalhadores, admitindo contudo "críticas construtivas" a possíveis erros de actuação, a lista A (por um sindicato democrático) contesta vivamente a orientação das "cúpulas da Intersindical", a falta de democraticidade dos seus métodos, nomeadamente em relação ao recente Congresso daquela organização, acusando-a inclusivamente de não servir os trabalhadores. No entanto, a lista A defende "irredutivelmente uma central sindical única, mas que seja a central sindical dos trabalhadores e controlada por estes".

Também relativamente às nacionalizações e ao controlo da Banca a lista A faz sérias advertências, chamando a atenção para perigo do capitalismo de Estado, levado a efeito por uma burocracia dirigista cada vez mais em evidência. O processo de escolha dos elementos da lista A foi um dos principais pontos de ataque escolhidos pela lista rival, que a acusou de falta de democraticidade na selecção dos seus componentes. A propósito a lista B afirmou ter recrutado os seus elementos entre as comissões de delegados, com o cuidado de escolher unicamente conhecidos militantes sindicais, acentuando ainda o seu apartidarismo. Os porta-vozes da lista A, que inclui um leque de opções que vão do PS à chamada extrema-esquerda, trotsquistas, MRPP, etc., esclareceram que a sua escolha incidiu na militância activa de oposição à actual direcção do sindicato, sublinhando que todos os seus elementos, mesmo os do PS, denotavam um espírito revolucionário e "marxista".

30 AGO. 1975

LISTA B DOS BANCÁRIOS ENCERROU A CAMPANHA ELEITORAL

A lista B candidata à direcção do Sindicato dos Bancários realizou, uma conferência de Imprensa, fechando a sua campanha eleitoral. Durante esse período, foi atacada a lista A, que ao longo das discussões eleitorais terá formulado críticas à actual direcção do Sindicato «numa tentativa de a mesma nos associarem» — segundo afirmou Mafalda Sousa, um dos membros da mesa na opinião destes candidatos, a sua lista é apertidária, enquanto a concorrente «A» é integrada por elementos afectos ao PS e ao MRPP. Foi distribuído aos órgãos de informação uma foto em que um membro da lista «A» apedrejava a Intersindical, durante uma recente manifestação em Lisboa.

A reconversão da Banca foi um dos pontos focados na conferência, tendo os seus promotores salientado a necessidade do «exercício de vigilância e controlo» sobre todas as instituições, incluindo a futura especialização técnica dos bancários, que lhes permita maior integração no sector.

«É necessário e urgente colocar a Banca ao serviço de uma nova economia, ao serviço dos trabalhadores portugueses», afirmou Ulisses Garrido — outro membro da mesa —, que acrescentou: «A vigilância das operações bancárias não poderá ser reconvertida para servir os bancários, mas os interesses mais vastos de todas as camadas das populações trabalhadoras do país».

Não há tentativa de domínio da Intersindical. Há domínio!

—Já vem em 28 de agosto de 1934, a Intersindical de São Paulo, com o intuito de estabelecer a disciplina em suas atividades.



Reunião da Intersindical de São Paulo, em 28 de agosto de 1934.

«A democracia não é um decreto mas uma vivência»

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...



«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

«A democracia não é um decreto, mas uma vivência», afirmou o Sr. ...

BANCÁRIOS APROVARAM UMA SÉRIE DE REGALIAS

Realizou-se no salão do INATEL, a 4.ª sessão da assembleia geral extraordinária dos bancários do Norte, organizada pelo Sindicato, para prosseguimento da discussão sobre uma proposta-base da Comissão de Nivelamento. Assim, nesta última reunião, foram acordados todos os pontos que ficaram por apreciar.

RENDAS DE CASA — Consideram-se extintos os subsídios de rendas de casa e os trabalhadores que ocupam casas pertencentes às instituições bancárias, ou por essas arrendadas, pagarão às mesmas instituições uma renda equivalente a 10% da sua retribuição mensal efectiva.

Quanto ao subsídio de almoço, entre outras medidas regulamentares da sua atribuição, ficou assente: «a todos os trabalhadores com retribuição anual igual ou inferior a 240 contos é atribuído, por dia de trabalho efectivamente prestado, um subsídio para almoço cujo valor corresponde a 0,45% de base da classe E (10.200\$00), arredondando para o escudo seguinte».

Em seguida, aprovaram-se as ajudas de custo, incluindo um seguro de deslocação, «não podendo resultar desses seguros uma indemnização inferior a 2.000 contos por trabalhador». Tabelas de ajudas de custo: continente — 500\$00; Ilhas Adjacentes — 650\$00; outros países — 1.800\$00. Depois, estabelecem-se em pormenor as diversas percentagens com referência a estes quantitativos.

Contudo, o ponto que mereceu mais controvérsia foi o dos empréstimos à habitação: logo de início surgiu uma proposta em que partindo do facto de que os depósitos eram na generalidade, fruto de pequenas poupanças e na sua totalidade resultado da mais-valia suada pelos trabalhadores, se propunha a não ratificação deste ponto sobre empréstimos da habitação contrapondo-se a formação de cooperativas de construção e aquisição de bancários, bem como a defesa de iguais condições para as restantes cooperativas dos outros sectores, reivindicando-se ainda Governo legislação adequada para a concretização deste plano.

O autor da proposta fundamentava a sua posição na realidade dramática da falta de 500 mil casas em Portugal, vivendo só em barracas mais de 100 mil trabalhadores, pelo que julgava que os bancários deveriam ceder nos seus privilégios e contribuir para a resolução dos problemas nacionais. A proposta admitida em princípio por 40 votos contra 37 veio, finalmente, a ser rejeitada por 35 contra 32. (Nota-se que nesta assembleia estiveram presentes algumas dezenas de profissionais, quando

o sindicato tem só no Norte 12.000 associados). Foi, portanto, aprovado o ponto VII, redigido pela Comissão de Nivelamento. Entre outras regalias prescreve: «o limite máximo do empréstimo a conceder será de 840 contos, não podendo o custo de habitação ser superior a 1.200 contos».

Tratou-se, então, das retribuições mínimas do pessoal, que também não sofreram contestação. Elas por categorias: A — 17.200\$00; B — 14.000\$00; D — 11.300\$00; E — 10.200\$00; F — 9.200\$00; G2 — 7.500\$00; G1 — 7.000\$00; J — 8.100\$00; K/L — 7.800\$00; M2 — 5.100\$00; M1 — 4.000\$00.

Entrou depois no capítulo da verticalização laboral — integração de trabalhadores não abrangidos pelo CCT dos Bancários, nomeadamente operários, desenhadores e pessoal de cantinas e refeitórios. Remunerações mensais defendidas; operários — encarregado geral — 11.000\$00; encarregado — 10.500\$00; fiel de armazém — 10.500\$00; 1.º oficial — 9.500\$00; apontador — 9.500\$00; 2.º oficial — 9.000\$00; 3.º oficial — 8.000\$00; ajudante (2.º ano) — 7.500\$00; ajudante (1.º ano) — 7.000\$00. Desenhadores — 10.000\$00. Pessoal de cantinas — responsável da cozinha — 9.000\$00; cozinheiro — 8.400\$00; ajudante de cozinheiro — 7.200\$00; dispenseiro — 7.200\$00; empregado de mesa, balcão e copa — 6.600\$00.

As viúvas dos bancários segundo o estipulado nas pensões de sobrevivência ficariam beneficiadas com o seguinte critério: classe A — 6.000\$00; classe B — 5.000\$00; e classe C — 4.400\$00 e restantes classes — ordenado mínimo nacional. As viúvas dos trabalhadores não enquadrados neste esquema será garantida a diferença entre o ordenado mínimo nacional e o que a Previdência lhes garante.

A terminar foram aprovadas regalias de carácter social e de assistência médica, bem como uma proposta da Direcção para que se acelerem os trabalhos em curso da Comissão de Nivelamento.

31 AGO. 1975

Eleições

de bancários e empregados de escritório

Com grande afluência de bancários decorreu ontem, no Pavilhão dos Desportos, desde as 8 até às 24 horas, o acto eleitoral tendente à escolha dos futuros cargos dirigentes do Sindicato Nacional de Bancários.

Durante a madrugada, processou-se o acto de contagem da votação, cujos resultados só devem ser tornados públicos hoje.

Também, na Sociedade Nacional de Belas-Artes, decorreu o acto eleitoral do Sindicato dos Empregados de Escritório, que registou grande afluência. Ao princípio da madrugada, ainda não eram conhecidos os resultados, isto é qual das duas listas concorrentes — A e B — irá assumir a nova gestão daquele organismo.

Recordamos, que o S. E. E. constitui um dos maiores organismos sindicais do país com os seus 61 500 sócios.

A lista A, apoiada pela actual Direcção, apresenta a sigla «Na luta pelo socialismo, unidade dos trabalhadores»; a lista B, proposta por um grupo de sócios, intitula-se «Por um sindicato democrático».